

RELATÓRIO DA MESA NACIONAL SOBRE O SEU MANDATO (2016-2018)

1. Convocada a XI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda, para os dias 10 e 11 de novembro de 2018, a Mesa nacional finda o mandato conferido pela X Convenção, realizada nos dias 25 e 26 de junho de 2016.

1.1. Direção política

A Mesa Nacional, saída da X Convenção, elegeu na sua primeira reunião uma Comissão Política de vinte e um membros que contaria com dezassete membros da lista A, dois membros da lista B e dois membros da lista R.

A Comissão Política elegeu um Secretariado Nacional “para tarefas de coordenação executiva” de sete elementos.

1.2 Avanços e impasses da maioria parlamentar saída das eleições legislativas de 2015

A aprovação do último orçamento do Estado da responsabilidade da atual maioria parlamentar constituirá o último momento da presente solução política, resultante dos acordos entre o Partido Socialista e os partidos à sua esquerda. Este momento convoca a esquerda para um balanço crítico do que foi conseguido ao longo destes anos e do muito que ficou por fazer. Independentemente das limitações políticas deste acordo, a sua vigência permitiu demonstrar que sempre houve alternativas a uma austeridade sem fim e sem solução. Demonstrou também que a crónica inclinação do PS à direita sempre resultou das suas próprias escolhas e não da indisponibilidade da esquerda. Com este acordo, a democracia portuguesa mudou para melhor e mudou para sempre.

Na vigência da atual maioria parlamentar, o défice diminuirá de 3,2% para 0,2%. Esta redução mostra a falsidade da propaganda da direita, segundo a qual só a austeridade poderia conduzir ao ajustamento orçamental. A evolução da dívida pública demonstra-o também. Depois de ter

aumentado 32,5 pontos percentuais sob o governo das direitas, a dívida pública registará a sua maior diminuição durante a vigência do euro, baixando cerca de 9 pontos percentuais. Esta pequena redução está muito longe de repor uma trajetória de sustentabilidade. Esse objetivo só pode ser atingido através de uma reestruturação da dívida que o Governo do PS se recusou a colocar em cima da mesa no Eurogrupo e na UE. No entanto, os resultados apresentados ao nível da consolidação orçamental demonstram de forma inequívoca que a estratégia da consolidação pelo crescimento económico era a única estratégia sustentável.

Se olharmos para os fatores de consolidação ao longo dos últimos anos, verificamos que esta foi conseguida graças ao crescimento económico e aos seus impactos na receita (mais 10.000 milhões de euros contra 6500 milhões no mandato anterior, apesar de dois enormes aumentos de impostos) e na despesa (mais 5300 milhões de euros contra menos 1200 milhões de euros). É por isso demagógico associar a redução do défice a políticas de austeridade como tem feito a direita tal como é absurdo associar um aumento da receita fiscal a um aumento dos impostos. Quer o aumento da receita fiscal quer a consolidação orçamental são o resultado da política de devolução de rendimentos e do crescimento económico a que assistimos durante estes anos. Durante estes 4 anos e de acordo com as previsões, a economia portuguesa irá crescer cerca de 9% depois de ter regredido 4,3% durante os anos da direita. Com este crescimento, a economia criou cerca de 400 mil empregos que mais do que compensaram os cerca de 300 mil destruídos pelo governo anterior. O rendimento disponível aumentou 16% bem como a procura agregada. O investimento aumentou 23% apesar dos níveis historicamente baixos de investimento público. O investimento público é, aliás, a área mais dececionante da política de um governo que manteve o legado da direita, que tinha já diminuído

o investimento público para menos de metade. Aqui não houve reversão de políticas. Ao longo do mandato e sob a pressão da União Europeia, o governo manteve os níveis historicamente baixos de investimento público, comprometendo uma estratégia para o desenvolvimento do país e requalificação dos serviços públicos.

Foi, portanto, através da devolução de rendimentos (e num contexto internacional favorável) que a recuperação económica foi conseguida. Essa política não só foi bem sucedida como só pecou por escassa. Se é verdade que o acordo com o Partido Socialista pressupunha o cumprimento das metas de consolidação orçamental acordadas com Bruxelas, a verdade é que o governo fez questão de ir além desses compromissos excedendo em todos os anos as metas de consolidação orçamental que tinham sido assumidas.

Com efeito, as metas de consolidação orçamental foram ultrapassadas em 300 milhões de euros em 2016, em 1250 milhões de euros em 2017 e em 600 milhões de euros em 2018, de acordo com as previsões do governo. O excesso de zelo na consolidação orçamental não só deixou despesa e investimentos importantes por executar, como foi permitindo revisão em baixa dos compromissos futuros, com efeitos cumulativos nos exercícios posteriores. Tivesse o governo colocado todo o seu empenho na recuperação da economia limitando-se a cumprir as metas acordadas com Bruxelas e teria sido possível executar mais 4 mil milhões de euros de despesa e investimento só nos primeiros três anos. Este é, aliás, um cálculo estritamente contabilístico, que ignora o efeito multiplicador que essa despesa adicional teria no crescimento económico e, por essa via, nas próprias contas públicas. Em resumo, o problema da política económica dos últimos anos não foi a política de devolução de rendimentos e reinvestimento no Estado social, mas sim o facto de não ter ido mais longe nesse caminho e de ter limitado o investimento público a níveis esqueléticos, apesar do saldo primário positivo.

No sector financeiro, a sangria de recursos públicos tem continuado, essencialmente pela falta de coragem em enfrentar Bruxelas e as suas imposições. O governo da direita negligenciou a situação explosiva do sistema financeiro português. Enquanto os problemas se amontoavam no Banif, na Caixa Geral de Depósitos, e no Novo Banco, a

direita adiava ou encontrava meias soluções, com um olho nas eleições e o outro na privatização da CGD. Depois de constituída a nova maioria parlamentar, as instituições europeias precipitaram uma solução imediata para o Banif depois de terem dado ao governo anterior todo o tempo do mundo. Como se isso não bastasse, o governo português aceitou a Imposição de que o Estado deveria pagar 2100 milhões para vender o Banif ao Santander, mesmo que em condições desastrosas, em vez da solução preconizada pelo próprio governo de integração na CGD.

Seguiu-se o complicado processo de recapitalização da CGD. A direita tinha procedido a uma recapitalização mínima suficiente apenas para deixar a Caixa à tona de água. O governo PS optou por uma recapitalização mais exigente que garantisse ao banco público capacidade de atuação. O Bloco apoiou esse processo de recapitalização do banco público pelo seu acionista único, o Estado. Mas rejeitamos os termos dessa operação, determinados pelas exigências da comissão Europeia, que impôs aquilo a que chamou “financiamento em condições de mercado”. Na prática, essa exigência concretizou-se na emissão de dívida perpétua a juros punitivos e usurários. Tratou-se de uma exigência absurda e arbitraria, no limite da sabotagem. Desde então, a aplicação, por Paulo Macedo, do Plano de Reestruturação imposto por Bruxelas tem determinado o encerramento de balcões, o aumento das comissões, e o ataque aos direitos dos seus trabalhadores, nomeadamente através da denúncia unilateral do acordo de empresa. O Bloco esteve sempre ao lado daqueles que defendem uma Caixa pública, recapitalizada, mas que não abdica dos seus deveres de banco público, que respeita o interesse público e os direitos dos seus trabalhadores.

Finalmente, no caso do Novo Banco, governo aceitou um negócio ruinoso. Não só o dinheiro já injetado não será recuperado, como o estado ainda foi chamado a assumir uma garantia adicional até ao limite de 3890 milhões de euros no prazo de 8 anos. Desde que foi vendido à Lone Star, o Novo Banco já recebeu uma injeção de 791.7 milhões de euros, e estima-se que a fatura continue a aumentar em 2019. Como era previsível já na altura, começou rapidamente a cair por terra o argumento do PS que a nacionalização do Novo Banco acarretaria custos adicionais para

os contribuintes. Mas ainda que assim fosse, em caso de nacionalização, os contribuintes estariam a investir num banco público em vez de pagar para limpar mais um banco privado.

Três bancos, três imposições de Bruxelas, três decisões desastrosas para o país. O país precisava de um governo que fosse capaz de proteger o interesse público contra a arbitrariedade das instituições europeias.

A área do Trabalho foi, como não podia deixar de ser, palco de algumas das vitórias mais importantes, mas também de alguns dos confrontos mais difíceis. No acordo inicial, o Bloco inscreveu várias das medidas mais estruturantes de todo o mandato: o aumento faseado do salário mínimo nacional até 600€, o programa de regularização dos vínculos precários na administração pública e as alterações ao regime contributivo dos trabalhadores independentes.

A estas alterações somaram-se a reversão dos cortes, o descongelamento de carreiras e a semana das 35 horas na função pública. A devolução de uma parte do enorme aumento de impostos realizado pelo anterior governo, concentrada nos escalões de rendimentos inferiores, também contribuiu para a valorização dos rendimentos do trabalho. Foram ainda devolvidos os feriados eliminados pelo governo da direita.

Por outro lado, foram ainda aprovadas medidas de proteção dos trabalhadores contra o abuso, nomeadamente na limitação do âmbito e duração dos contratos a prazo, do reforço da lei de combate ao assédio no trabalho, da transmissão de empresa ou estabelecimento, do trabalho forçado e da presunção legal de aceitação do despedimento.

Não obstante estes avanços, a política laboral deste governo manteve bloqueios estruturais, quanto à redinamização da contratação coletiva e à sua caducidade unilateral, na limitação do recurso ao outsourcing e ao trabalho temporário, ou no combate a todas as formas de precariedade, particularmente no setor privado. Em vários momentos, o Partido Socialista invocou a concertação social como biombo para as suas opções erradas de política laboral urgente, fazendo seu o discurso ou até as propostas das confederações patronais. O acordo com os patrões incluiu medidas que agravam determinadas

modalidades de precarização do trabalho (como os contratos orais de muito curta duração ou o período experimental, com despedimento livre, que o Governo propõe que aumente para o dobro).

A política para a segurança social tem o seu centro no descongelamento das pensões e recuperação das prestações sociais e ficou fortemente marcada pelos impactos positivos do crescimento económico e criação de emprego nas contas da segurança social. O Bloco construiu compromissos com o PS em duas frentes:

a) A reversão da política de cortes as prestações sociais empreendida pela direita, com aumentos significativos do abono de família, do complemento solidário para idosos e um aumento generalizado do valor de todas as prestações sociais, nomeadamente por via da atualização anual do Indexante de Apoios Sociais. Além disso, mudaram para melhor as regras do Rendimento Social de Inserção, avançou a Estratégia para os Sem-Abrigo e terminou o corte de 10% no subsídio desemprego. Acabaram ainda, por proposta do Bloco, as humilhantes apresentações quinzenais para os desempregados, tendo-se reforçado também o acesso ao subsídio social de desemprego;

b) Uma política de aumento generalizado das pensões, com o descongelamento do mecanismo automático de atualização das pensões, o alargamento do número de pensões protegidas contra a inflação e o aumento extraordinário das pensões mais baixas. Finalmente, foram aprovadas propostas de redução ou eliminação de penalizações por reformas antecipadas em situações de longas carreiras contributivas e em profissões com elevado nível de penosidade.

Na saúde assistimos à inversão de redução da despesa com o SNS, mas mantém-se o estado de privatização parcial da provisão de cuidados de saúde e não houve nenhuma medida substancial para a sua reversão. No final do mandato a despesa com o SNS atingirá níveis próximos dos de 2010 em termos nominais. A atual maioria parlamentar conseguirá portanto inverter o caminho de cortes drásticos que foi percorrido pelo governo das direitas. Uma das variáveis que mais contribuiu para esse aumento da despesa

foi a contratação líquida de profissionais para o serviço nacional de saúde em particular médicos e enfermeiros. No entanto permaneceu a tendência para recorrer a privados para a prestação dos mais variados cuidados de saúde, desde cirurgias a meios complementares de diagnóstico.

O início da legislatura na área da Educação foi promissor mas, sendo certo que assinalamos conquistas relevantes, a degradação da escola pública não foi travada. Várias medidas de grande importância foram levadas a cabo no primeiro ano do governo, com pleno envolvimento do Bloco. Medidas como o fim dos exames no quarto e sexto anos, a eliminação de parcial das metas curriculares, o fim dos cursos vocacionais para alunos com insucesso escolar a partir dos 12 anos, o fim da PAAC e da bolsa de contratação de escola, o fim do regime de qualificação para professores com horário zero.

Houve também evoluções positivas ao nível do pessoal com a vinculação de 7500 professores precários e alteração da norma-travão que facilita essa vinculação no futuro. Também ao nível dos funcionários houve melhorias, com a contratação de 2500 novos funcionários e a vinculação 2700 precários, eliminando o recurso aos indignos contratos de emprego-inserção.

Finalmente, foram conseguidas medidas importantes do ponto de vista da construção de uma escola pública mais inclusiva, das quais se destacam o alargamento da Ação Social Escolar com a criação de um terceiro escalão, a distribuição gratuita de manuais escolares até ao 12º ano e a (tímida) redução do número de alunos por turma.

No entanto, as condições de trabalho nas escolas não se alteraram. A negação do reconhecimento do tempo de serviço dos professores para progressão na carreira, a falta de equipamentos e materiais, a ausência de equipas multidisciplinares, a recusa de alterações curriculares e a manutenção de um modelo de gestão não democrática degradam a escola pública.

A precariedade na Ciência e o acesso ao ensino superior foram temas centrais do mandato que agora termina. Em relação à proposta que visava transformar bolsas precárias em contratos precários, o Bloco conseguiu aumentar os salários desses contratos e assegurar a posterior entrada

na carreira. No ensino politécnico, foi também possível garantir a entrada na carreira de centenas de professores. Já ao nível do PREVPAP, os resultados foram muito decepcionantes muito pela cedência do governo à pressão dos reitores.

No que diz respeito a democraticidade e carácter público e inclusivo das instituições de ensino superior, o Bloco conseguiu uma vitória histórica: a primeira redução das propinas de sempre, nomeadamente do seu teto máximo. Já no plano da gestão democrática, não houve avanços, uma vez que o PS se aliou à direita para manter o RJES em todos os seus aspetos.

Durante os últimos anos, a crise na habitação intensificou-se. As medidas de liberalização do mercado do arrendamento e do turismo do anterior governo, aumentou exponencialmente a pressão sobre o arrendamento de longa duração, aumentaram as rendas, diminuíram os tempos de contrato. O alojamento local aumentou, foi tomando os edifícios, mas também a especulação foi potenciada. Nesta solução governativa, os avanços conseguidos em matéria de arrendamento tiveram sempre o envolvimento do Bloco, quer porque se reverteram estigmas e penalizações no regime da renda apoiada introduzidas por Assunção Cristas, quer porque se introduziu a possibilidade de limites ao alojamento local pelas Câmaras Municipais. Também por iniciativa do Bloco, avançou uma moratória aos despejos, o alargamento do direito de preferência, a lei contra o assédio no arrendamento e, sabemos agora, o investimento em habitação pública não contará para o limite de endividamento dos municípios, medida sempre avançada pelo Bloco e finalmente inscrita no orçamento para 2019. No entanto, num país em que apenas 2% da habitação é pública, só um real esforço aplicado no aumento da oferta pública de habitação poderá estabilizar a crise no arrendamento. De imediato, é essencial continuar a lutar pelo aumento da proteção aos inquilinos. E apenas com medidas decididas contra a especulação financeira, promovida pelos Vistos Gold e Regime de Não Residentes, assim como pelo estatuto dos benefícios fiscais aos fundos imobiliários, se poderá efetivamente combater a venda das nossas cidades. A luta pelo direito à habitação, tornando-o um dos pilares do Estado social, ainda agora começou.

No setor da energia, o Bloco contribuiu decisivamente para conter os preços no setor elétrico após anos e anos de aumento exponencial. Em 2019, teremos mesmo uma sensível redução das faturas de eletricidade entre os 6 e os 10%, que demonstra que o corte de rendas excessivas, mesmo se muito tímido, permite proteger os consumidores da alta de preços da energia. A tarifa social automática da eletricidade e do gás canalizado, incluída no acordo de 2015, passou a abranger os 800.000 agregados mais desfavorecidos.

Os avanços conseguidos na área da agricultura e florestas tiveram invariavelmente o envolvimento do Bloco orientado pela defesa do território e combate às alterações climáticas. A reforma da floresta, no pós-incêndios rurais de 2017, reverteu a liberalização da plantação do eucalipto, obrigou a verter nos PDM as medidas de ordenamento florestal previstas nos PROF e criou as Unidades de Gestão Florestal - UGF que, pela primeira vez, prevê o quadro legal para a gestão agregada e coletiva das pequenas parcelas florestais.

A nova lei dos Baldios devolveu às comunidades locais os seus direitos capturados no mandato anterior pelos interesses privatistas das celulosas. Foi impedida a liquidação e a tomada de assalto pela CAP da Casa do Douro como representação da pequena viticultura da região. O Estatuto da Agricultura Familiar foi, finalmente, aprovado.

A transição ecológica da agricultura confronta-se com o agronegócio e o rentismo. A PAC continua a ter como principais critérios de apoio o "histórico" e a dimensão da propriedade. O glifosato ainda não foi proibido na agricultura. Os circuitos curtos na produção e distribuição encontram inúmeros obstáculos. Falta assumir a alimentação adequada e saudável como um direito humano encontram inúmeros obstáculos. Falta assumir a alimentação adequada e saudável como um direito humano.

O mandato que agora termina é certamente aquele em que mais se avançou em políticas de apoio e combate à discriminação dos cidadãos com diversidade funcional. Foram aprovadas várias medidas de apoio à mobilidade, acessibilidade e transportes coletivos, entre as quais se encontra a obrigatoriedade de que as entidades públicas que dispõem de estacionamento para utentes assegurem estacionamento gratuito para

para pessoas com deficiência bem como a alteração do Código da Estrada passando a considerar como contraordenação grave a paragem e estacionamento em lugar reservado a veículos de pessoas com deficiência. Foram aprovadas medidas no acesso a uma educação inclusiva, incluindo a redução das propinas. O Bloco apresentou legislação para que, finalmente, seja regulamentada a obrigatoriedade de contratação de 2% de trabalhadores/as com deficiência no setor privado.

Esta legislatura será marcada por avanços legislativos para a igualdade de direitos e liberdades individuais. Com a convicção de que não há direitos nem cidadania pela metade e que o avanço conseguido no âmbito do casamento entre pessoas do mesmo sexo só ficaria completo com o fim da discriminação no âmbito da parentalidade, o Bloco de Esquerda não desistiu e à quinta tentativa foi finalmente aprovada a adoção por casais do mesmo sexo reconhecendo direitos iguais a todas as famílias e garantindo a proteção do superior interesse das crianças.

Por iniciativa do Bloco de Esquerda, Portugal tornou-o o sexto país Europeu a consagrar o direito à autodeterminação da identidade das pessoas trans. A despatologização e o reconhecimento da autodeterminação de género enquanto direito fundamental e condição imprescindível ao livre desenvolvimento da personalidade afirmam-se como exigências ao cumprimento dos princípios de Liberdade e Igualdade.

Assinalamos ainda, além da reversão das normas humilhantes no acesso ao aborto logo no início da legislatura, os avanços na legislação de combate às desigualdades salariais e às exigências de paridade nas administrações.

A aprovação da cannabis medicinal, ainda que de forma muito limitada, permitiu recolocar o debate para a legalização também para fins recreativos.

O último ano foi marcado por uma intensa campanha cidadã pelo direito à morte assistida. Essa campanha não foi suficiente para aprovar os projetos que surgiram na Assembleia da República nesse sentido, projetos esses que foram chumbados pelos votos da direita e do PCP. No entanto estas iniciativas e a campanha que lhes deu corpo abriram um debate e lançaram uma

perspetiva plausível de aprovação num futuro próximo.

O acordo de Lisboa pressiona novas conquistas a nível nacional, do alargamento da gratuidade dos manuais escolares à nova política de preços para os transportes públicos. A eleição de um vereador em Lisboa e a perda de maioria absoluta do PS permitiu um acordo de governo na cidade e a entrada do Bloco para o executivo municipal. Com os pelouros da educação e dos direitos sociais, e com um acordo que abrange ainda políticas de habitação e transportes, entre outras, abre-se uma nova frente de disputa política e de afirmação da capacidade do Bloco.

1.3 Mobilização e movimentos sociais

A mobilização estabelece uma relação dinâmica com a perceção de conquistas ou vitórias. No início da legislatura houve alguma expectativa, e não um recrudescimento de mobilizações. Mas estas cresceram nestes dois últimos anos, muitas vezes em resultado direto das expectativas (na educação, saúde e cultura) ou porque o Bloco conseguiu transformar algumas vitórias em políticas públicas em processos de mobilização social, como aconteceu com o PREVPAP.

A expectativa de novos avanços, ainda que muitas vezes sem concretização, permitiu reforço de mobilizações nalguns setores e criou novos campos de mobilização. É assim em áreas tão diversas como o ambiente, bem-estar animal, habitação, feminismo, LGBTI+, anti-racismo, diversidade funcional, cuidadores informais, morte assistida, trabalhadoras da limpeza, call-centres ou estivadores, entre muitas outras.

O aumento da mobilização tem também relação com o cenário internacional, - ataque às liberdades, crescimento da extrema-direita e da política do ódio misógeno e racista -, e a necessidade de combater e denunciar ataques à democracia. Foi assim com as mobilizações contra Trump, sobre a situação no Brasil ou na Catalunha, entre outras.

1.4. A situação europeia e internacional

A degradação da democracia na União Europeia é um dado incontornável. O crescimento de forças políticas de extrema-direita, governos xenófobos, incapacidade para lidar com o Brexit, junta-se à instabilidade internacional. Sucodem-se as calamidades ambientais, políticas e económicas.

A submissão dos governos europeus, entre os quais o governo do PS, às exigências de armamento de Trump é uma cedência ao militarismo e a desistência de qualquer papel que a União Europeia pudesse ter na mediação internacional de conflitos. No caso português, assinala-se a subserviência do governo no processo de resgate da Base das Lajes; mesmo quando a administração americana a desativa, os governos regional e da república são incapazes de qualquer alternativa na região e mantêm-se dependentes de Trump e do seu comando.

Num cenário de enorme dificuldade, o Bloco procurou reforçar alianças e programa à esquerda na Europa e marcou presença nos movimentos internacionais progressistas. Assinala-se a criação da plataforma europeia “Agora, o Povo” que junta o Bloco de Esquerda (Portugal), Podemos (Espanha), França Insubmissa (França), Aliança Verde Vermelha (Dinamarca), Partido de Esquerda (Suécia) e Aliança de Esquerda (Finlândia).

1.5. Eleições regionais dos Açores

O Bloco de Esquerda obteve o melhor resultado de sempre em eleições regionais nos Açores, recuperando o grupo parlamentar e elegendo, pela primeira vez, pelo círculo eleitoral de São Miguel.

O Bloco foi o partido que mais cresceu, aumentando a sua votação em todo o arquipélago, e elegeu dois deputados: Zuraida Soares, pelo círculo de São Miguel, e Paulo Mendes pelo Círculo Regional de Compensação.

O objetivo de retirar a maioria absoluta ao Partido Socialista não foi alcançado. O PS elegeu 30 deputados do total de 57 parlamentares da Assembleia Legislativa Regional.

O Bloco elegeu como prioridades no novo mandato na ALRA a alteração da lei de ordenamento e gestão do espaço marítimo e do estatuto político-administrativo dos Açores, bem como o combate às desigualdades sociais.

1.6. Eleições autárquicas

Nas eleições autárquicas de outubro de 2017, o Bloco de Esquerda cresceu em votos (somou mais 50 mil votos) e mandatos. O Bloco apresentou 127 candidaturas municipais e 450 às freguesias, mais 108 do que em 2013. As candidaturas do Bloco abrangeram 77% dos eleitores/as e as listas

integraram muitas pessoas independentes.

Foram eleitas/os 12 vereadores, 125 deputadas/os municipais e 213 representantes em assembleias de freguesia. O Bloco manteve os vereadores eleitos no Entroncamento, na Moita, em Portimão, em Salvaterra de Magos (2), no Seixal e em Torres Novas, elegeu pela primeira vez em Abrantes, Amadora e Vila Franca de Xira. Embora tenha perdido o vereador em Olhão e o movimento Cidadãos por Coimbra, que o Bloco apoia, também tenha perdido o seu vereador, o Bloco regressou à vereação em Lisboa e Almada. No Funchal, a coligação “Confiança”, que o Bloco integra, voltou a ganhar a Câmara Municipal e aumentou o seu número de eleitos/as em todos os órgãos locais. O movimento de cidadãos “Eleitores Por Peniche”, que o Bloco de Esquerda apoiou, conquistou a maioria na autarquia.

Foi atingido o objetivo estabelecido na X Convenção: aumentar a nossa representação nos municípios e freguesias. Na votação nacional para as Câmaras Municipais, passámos de 121 mil para 170 mil votos e de 8 para 12 vereadores/as. Nas Assembleias Municipais subimos de 157 mil para 216 mil votos e de 100 para 125 deputados/as municipais. Nas Assembleias de Freguesia, aumentamos de 115 mil para 170 mil votos e de 138 para 213 eleitos/as de freguesia.

O reforço do Bloco de Esquerda contribuiu ainda para cumprir dois outros objetivos: derrotar a direita e combater as maiorias absolutas, abrindo novas possibilidades de governos autárquicos.

2. REUNIÕES E DELIBERAÇÕES DA MESA NACIONAL

No presente mandato, a Mesa Nacional reuniu 12 vezes: em 2016 a 9 de julho, 10 setembro e 26 de novembro; em 2017 a 8 de janeiro, 26 de março, 1 de julho, 14 de outubro e 26 de novembro; em 2018 a 4 de fevereiro, 22 de abril, 7 de julho e 20 de outubro.

A primeira reunião da Mesa Nacional, a 9 de julho de 2016, neste mandato discutiu e aprovou o regulamento da Mesa Nacional e elegeu a Comissão Política. Discutiu ainda duas propostas de resoluções políticas, tendo sido aprovada a resolução cujo primeiro ponto é “A União

Europeia responde ao Brexit com autoritarismo e chantagem”.

Na segunda reunião, a 10 de setembro de 2016, a Mesa Nacional procedeu à análise e aprovação das contas 2015. Discutiu duas propostas de resolução, tendo aprovado a resolução com o primeiro ponto “O processo de sanções da Comissão Europeia contra Portugal não terminou”. Foi constituída uma comissão de inquérito

Na sua terceira reunião, a 26 de novembro de 2016, a Mesa Nacional discutiu dois projetos de resolução e aprovou a resolução cujo primeiro ponto trata o “Aprofundamento da crise internacional”. Elegeu a Comissão Nacional do Trabalho, assim como foi votada a lista de delegados do Bloco ao Congresso do Partido da Esquerda Europeia. Discutiu e votou o relatório e a proposta da comissão de inquérito aberta na reunião anterior. Foi constituída uma comissão de inquérito.

Na quarta reunião, realizada a 8 de janeiro de 2017, discutiu e aprovou a resolução política cujo primeiro ponto é “Defender Portugal dos choques externos”. Aprovou o orçamento do Bloco de Esquerda para 2017. Discutiu e votou o relatório e a proposta da comissão de inquérito aberta na reunião anterior.

Na quinta reunião, de 26 de março de 2017, a Mesa Nacional discutiu dois projetos de resolução política, tendo aprovado a resolução “A resposta da esquerda à desagregação europeia: democracia”.

Na sexta reunião, a 1 de julho de 2017, a Mesa Nacional discutiu e aprovou a resolução “Reformar a floresta: assumir as responsabilidades públicas, aprender com os erros e prevenir a tragédia dos incêndios”. Procedeu igualmente à Eleição do Departamento Internacional do Bloco de Esquerda.

A 14 de outubro de 2017, na sua sétima reunião, discutiu e aprovou a resolução “Cumprir o acordo para parar o empobrecimento e aprofundar o caminho de recuperação do país” que inclui o balanço das eleições autárquicas. Foram ainda discutidas as informações sobre a situação política na Madeira e a preparação da Convenção Regional.

A oitava reunião, a 26 de novembro de 2017, decorreu com a seguinte ordem de trabalhos: Resolução Política; Conclusões da Comissão de

Inquérito; Estatuto de Funcionários/as. Foram discutidas e votadas duas propostas de resolução política, tendo uma das resoluções sido aprovada, contendo a definição de voto no Orçamento do Estado para 2018.

A 4 de fevereiro de 2018 realizou-se a nona reunião deste mandato, que discutiu e aprovou a prestação de contas de 2016 e o orçamento de 2018 do bloco de Esquerda. Foram ainda apresentadas e discutidas duas resoluções políticas, tendo sido aprovada por maioria a resolução “A intervenção da troika em Portugal deu cobertura a um golpe na proteção do trabalho na legislação laboral portuguesa que ainda perdura e que urge reverter”. Foram ainda discutidas e aprovada a constituição de grupos de trabalho relativos à “Declaração de Tondela” e a “O BE e o respeito pelos animais”. Foram alterados os prazos dos regulamentos eleitorais do Bloco.

A 22 de abril de 2018 a Mesa Nacional reuniu pela décima vez, discutindo e aprovando a resolução política cujo primeiro ponto é “O crescimento e o emprego são o único caminho para uma consolidação que venha para ficar. Regresso ao passado é não compreender isto”. Foi igualmente aprovada a proposta de Regulamento do Processo Preparatório da XI Convenção. Foram abertas duas comissões de inquérito. Foram aprovadas propostas de alterações aos Estatutos do Bloco de Esquerda - Região Autónoma da Madeira. As contas do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda foram aprovadas. Foram constituídos o Grupo de Trabalho da Habitação e o Grupo de Trabalho da Descentralização.

A décima primeira reunião da Mesa Nacional realizou-se a 7 de julho e discutiu e aprovou por maioria uma resolução política. Discutiu e aprovou ainda propostas de alteração aos estatutos a apresentar pela Mesa nacional à XI Convenção Nacional. Foi ainda feito um ponto de situação relativo às contas das eleições Autárquicas.

3. GRUPO PARLAMENTAR DO BLOCO DE ESQUERDA

O período que passou desde a X Convenção do Bloco de Esquerda é marcado pelo aprofundamento da situação política que resultou

dos acordos entre o PS e os partidos à esquerda realizados no final de 2015.

O ano de 2016 ficou marcado pela implementação das medidas acordadas no acordo entre o PS e o Bloco de Esquerda. Em particular, foi possível eliminar os cortes inconstitucionais de salários e proteger pensões, combater os abusos das elétricas e garantir tarifa social de energia ao milhão de famílias com menos rendimentos, acabar com rendas a colégios privados que não cumprem nenhuma necessidade da rede pública para reforçar a Escola Pública e o direito a uma educação com qualidade para todos e todas.

O ano de 2017 foi marcado pelos bons resultados económicos que resultam da política de recuperação de rendimentos. Foi continuado o aumento do salário mínimo nacional, repostos apoios sociais e aumentadas as pensões (uma grande maioria teve inclusive um aumento extraordinário em agosto de 2017). Por outro lado, o Bloco de Esquerda não teve força suficiente para impedir a venda do Novo Banco à Lone Star, nem para resgatar para as mãos do Estado os CTT e garantir um serviço de qualidade às populações.

O ano de 2017 ficou também marcado pelos enormes incêndios que deixaram um rasto de destruição no país e que provaram que as propostas que o Bloco de Esquerda tinha apresentado para combater o eucalipticídio do país eram justas e necessárias.

No ano de 2018 ficou incontornavelmente provado que a recuperação de rendimentos não era um obstáculo, mas sim uma condição para a consolidação orçamental. O Bloco de Esquerda bateu-se para que os bons resultados económicos também beneficiassem os serviços públicos de educação e saúde, mas a subserviência do Governo às metas de Bruxelas impediu esse avanço. Igualmente pela subserviência aos ditames europeus, o PS nada fez para alterar a opressão que a dívida pública realizada sobre o país, rejeitando as propostas do Bloco de Esquerda.

Por outro lado, apesar das propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda, o Governo também impediu que a lei laboral deixasse de manter as alterações introduzidas pela Troika, dando a mão a PSD e CDS para manter um conjunto de medidas gravosas para os trabalhadores.

De realçar dois debates estruturantes lançados pelo Bloco de Esquerda no período do mandato em análise: a criação de uma nova Lei de Bases da Saúde, realizada sobre a proposta de João Semedo e António Arnaut; e o debate nacional sobre a morte assistida.

Ao longo do período em análise, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou 145 projetos de lei e 294 projetos de resolução. Foi o partido que mais leis conseguiu aprovar 31 leis, apesar dos vetos presidenciais de leis sobre a autodeterminação da identidade de género, a alteração aos estatutos da STCP e do Metro do Porto, e as alterações jurídicas ao funcionamento do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., da Transtejo - Transportes do Tejo, S. A., e da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S. A.

Por ultrapassar está, ainda, a decisão do Tribunal Constitucional que rejeitou o à gestação de substituição.

As leis aprovadas representam avanços importantes dos direitos individuais e laborais, no combate aos preconceitos e desigualdade de género, discriminação por orientação sexual e identidade de género, salvaguarda ambiental, direitos dos animais, direito à habitação, na qualidade do emprego no ensino superior e na ciência, e avanços nos direitos de cidadania dos portugueses emigrados.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda conseguiu aprovar a realização de uma comissão de inquérito ao pagamento de rendas excessivas aos produtores de eletricidade, que ainda está em curso.

Foram realizadas interpelações ao Governo sobre Precariedade na Ciência e Financiamento do Ensino Superior, Atrasos na implementação do PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, Em defesa dos serviços Públicos de Educação e Saúde e sobre "Políticas para a deficiência".

Foram realizados debates de atualidade sobre a dramática situação na fábrica TGI-GRAMAX, antiga Triumph Internacional, e a salvaguarda dos salários e direitos das trabalhadoras, sobre o processo de venda do Novo Banco, sobre

offshores e sobre a situação do Novo Banco.

Foram realizados debates de urgência sobre política para a inclusão das pessoas com deficiência, sobre Transportes Públicos e um debate temático sobre Escola Pública.

Do acompanhamento das questões europeias, de salientar as lutas pelos direitos humanos dos refugiados e a realização do debate sobre o Sobre o CETA (Comprehensive Economic and Trade Agreement), Acordo Económico e Comercial Global entre a UE e o Canadá.

4. O BLOCO NO PARLAMENTO EUROPEU

A atividade da delegação do Bloco de Esquerda no Parlamento Europeu nos últimos dois anos foi marcada por uma forte componente de trabalho institucional, mas também de atividades parlamentares regulares no país de eleição, nomeadamente a participação ativa nas iniciativas promovidas pelo gabinete do Parlamento Europeu em Portugal e pelos Clubes Europeus escolares. No plano da política internacional, a atividade continuou-se a centrar-se muito nos países do Médio Oriente, tendo em conta as responsabilidades institucionais da deputada eleita. Extraordinariamente, decorreu nesta parte do mandato a nomeação para uma chefia de missão de observação eleitoral nas Honduras e a participação enquanto observadora em missões europeias no Líbano, em Timor Leste e na Jordânia.

No quadro da atividade parlamentar, uma das tarefas mais relevantes prendeu-se com o processo de aplicação de sanções a Portugal e Espanha. Sendo a deputada do Bloco de Esquerda coordenadora da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários em representação do GUE/NGL, coube à representação do Bloco o único voto de algum representante português no processo de decisão final, que viria a culminar na não aplicação de sanções por défice excessivo.

Funções institucionais:

- Presidente da Delegação para as Relações com os Países do Maxereque
- Vice-Presidente das Comissões Especiais TAXE I e TAXE II (LuxLeaks)
- Membro da Conferência dos Presidentes

das Delegações; da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; e da Comissão Especial sobre os Crimes Financeiros e a Elisão e a Evasão Fiscais.

- Membro suplente da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia
- Presidente do Inter-Grupo Parlamentar para os Bens Comuns
- Membro do Inter-Grupo Parlamentar LGBTI

Atividade Parlamentar:

- Participação em 218 debates em plenário, com intervenção.
- Relatora do Parlamento Europeu para o Relatório: Desigualdade de género e políticas fiscais na União Europeia (ECON).
- Relatora do Parlamento Europeu para os Pareceres: sobre a igualdade linguística na era digital (ITRE); sobre o combate às desigualdades enquanto estímulo à criação de emprego (ECON); sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à inclusão das emissões e remoções de gases com efeito de estufa resultantes das atividades relacionadas com o uso do solo, a alteração do uso do solo e as florestas no quadro relativo ao clima e à energia para 2030 e que altera o Regulamento (UE) n.º 525/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação de um mecanismo de monitorização e de comunicação de informações sobre emissões de gases com efeito de estufa e de outras informações relevantes no que se refere às alterações climáticas (ITRE);
- Relatora-sombra do Grupo Parlamentar nos seguintes Relatórios: Plano de Ação sobre os Serviços Financeiros Retalhistas (ECON); As políticas económicas da área do euro (ECON); Avaliação da implementação do Horizonte 2020 à luz da sua avaliação intercalar e a proposta do 9.º Programa-Quadro (ITRE); Plataformas em linha e o Mercado Único Digital (ITRE); FinTech: Influência da tecnologia no futuro do setor financeiro (ECON); Livro Verde sobre serviços financeiros de retalho (ECON); Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que diz respeito às isenções aplicáveis aos operadores em mercadorias (ECON); Proposta de diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado,

no que se refere à duração da obrigação de respeitar uma taxa normal mínima (ECON); Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aplicação das prioridades para 2015 (ECON); Proposta de diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade (ECON); RECOMENDAÇÃO PARA SEGUNDA LEITURA sobre a posição do Conselho em primeira leitura tendo em vista a adoção de um regulamento do Parlamento Europeu do Conselho que estabelece medidas respeitantes ao acesso aberto à Internet e que altera a Diretiva 2002/22/CE relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas e o Regulamento (UE) n.º 531/2012 relativo à itinerância nas redes de comunicações móveis públicas da União (ITRE); Proposta de diretiva do Conselho que revoga a Diretiva 2003/48/CE do Conselho (ECON); Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um programa sobre soluções de interoperabilidade para as administrações públicas, as empresas e os cidadãos europeus (ISA2) A interoperabilidade como um meio para modernizar o setor público (ITRE); Revisão do quadro de governação económica: avaliação e desafios (ECON).

- Relatora sombra do Grupo Parlamentar em 9 Pareceres.
- Autora ou co-autora de 96 propostas de Resolução.
- Autora de 5 Declarações Escritas.
- Autora de 61 Perguntas Escritas à Comissão Europeia.
- Autora ou co-autora de 26 Perguntas Oraís à Comissão Europeia levadas a debate em plenário.
- 140 Declarações de voto.

Eventos organizados/co-organizados no Parlamento Europeu:

- Lunch-Debate Alzheimer Europe: "Using the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities (UN CRPD) to support the rights of people living with dementia", 28/06/2016
- Conferência "A critical response to the 5 Presidents' Report", 30/06/2016
- Conferência "TTIP/CETA: Selling the commons and public services of the market", 07/07/2016
- Conferência "Multilingualism and equal rights in

- the EU: The role of sign languages”, 28/09/2016
- Projeção do filme “El Dorado” com realizador e representantes das associações de emigrantes portugueses no Luxemburgo, 19/10/2016
 - Assembleia Europeia dos Bens Comuns, 16/11/2016
 - Conferência “Achieving the circular economy”, 19/01/2017
 - Conferência “How to deal with Public Debt?” - 07/03/2017
 - Debate público “Rethinking sovereignty in our policies” - 09/03/2017
 - Conferência “El futuro del cannabis: hacia una regularización integral” - 02/05/2017
 - Conferência “Water Framework Directive & Water Remunicipalisation: What space for the commons in Europe?” - 28/06/2017
 - Exibição do documentário “Martirio” sobre comunidade indígena no Brasil - 12/07/2017
 - Conferência “Research & Innovation for Europe. What after 2020” - 27/09/2017
 - Conferência “Gramsci in translation: Crisis, hegemony and revolution in today’s Europe”, 18/10/2017
 - “A eutanásia: Um direito na Europa do século XXI”, 08/11/2017
 - 2nd European Forum on Social and Solidarity Economy, 09/11/2017
 - Exibição do Documentário: Terra Indígena, 20/11/2017
 - Breakfast-debate: “The EU pillar of social rights, public services and common goods”, 23/01/2018
 - Conferência “Words at War”, com intérpretes de guerra, 31/01/2018
 - Iniciativa “Palestinian Journalists Under Attack: This has to stop!”, 19/02/2018
 - Conferência “Redes Europeias de Referência (ERN)”, 28/02/2018
 - Conferência “A Sea Of Union: Balearic Islands’ response to the migration crisis at the Mediterranean”, 21/03/2018
 - Iniciativa ALLCOOL, 11/03/2018
 - 2018 GUE/NGL Award for Journalists, Whistleblowers and Defenders of the Right to Information - 29/05/2018
 - Audição sobre Igualdade de Género e Fiscalidade, 10/07/2018

Eventos/iniciativas/debates fora do Parlamento Europeu

- Debate 40 Anos de Portugal na União Europeia - “Qual foi, é e será o papel dos jovens?” - Castelo de Vide, 02/09/2016
- 3º Simpósio do Programa Doutoral em Biologia Experimental e Biomedicina (PDBEB): “scientia potentia est - Knowledge is power”, Coimbra, 08/09/2016
- Café Europa FNAC Chiado, 09/09/2016
- Participação no FIC (Festival Internacional de Cultura) - Cascais, 09/09/2016
- 7º Colóquio Envelhecimento Saúde e Cidadania - Coimbra, 28/10/2016
- Palestra/Debate sobre a actual conjuntura da União Europeia - Sesimbra, 12/11/2016
- Conferência Internacional “Portugal / União Europeia. Luzes e Sombras 30 Anos Depois Da Adesão”, Fundação Calouste Gulbenkian, 14/11/2016
- Sessão “União Europeia: que rumos?” - Sociedade Portuguesa de Autores, 14/11/2016
- “Racismo e Xenofobia: Uma abordagem inteligente e atual sobre as escolas do nosso país” - Évora, 26/11/2016
- “A Madeira e as três décadas de Integração de Portugal na União Europeia” - Funchal, 06/01/2017
- Sessão Oráculo mais - Seixal, 13/01/2017
- Sessão contra o racismo, a exclusão, a xenofobia - Vialonga, 14/01/2017
- Jantar/Conferência-Debate a Crise dos Refugiados na Europa - Belém, 28/01/2017
- Sessão sobre Almaraz - Lisboa, 04/02/2017
- Sessão sobre A Constituição - Braga, 11/02/2017
- Almoço com a Associação dos Portugueses Emigrados na Bélgica (APEB) - Bruxelas, 12/03/2017
- Missão à fronteira Irlanda do Norte/República da Irlanda pós referendo do Brexit - Dublin, 30-31/03/2017
- Sessão NAPEEC - A Política Externa da UE: O mundo com Trump na presidência dos EUA. O que muda na relação com a Europa? A questão russa e o problema turco” - Coimbra, 07/04/2017
- Sessão “Longas Carreiras contributivas: que mudanças no acesso à reforma?”, 08/04/2017
- Sessão “A Europa para além da UE: qual o projeto

- da esquerda?" - Porto, 09/04/2017
- 4th Quality of Life, Symptom Research and Patient Reported Outcomes in Cancer Clinical Trials Conference - Bruxelas, 20/04/2017
- Debate sobre o Semestre Europeu - Universidade de Aveiro, 28/04/2017
- Comemorações do 25 de Abril na Holanda, Associação 25 de Abril - Hansweert, 29/04/2017
- Jantar de comemoração do 25 de Abril com a APEB - Bruxelas, 29/04/2017
- "Construir Pontes: Um Tributo a Miguel Portas" - Bruxelas, 02/05/2017
- Tributo a Miguel Portas - Lisboa, 06/05/2017
- Dia da Europa na Lourinhã - Lourinhã, 08/05/2017
- 50 Anos do JN "Para onde vamos?" - Porto, 29/05/2017
- Manifestação Anti-Nuclear em Madrid, 10/06/2017
- 2º Encontro Nacional de Cuidadores de Alzheimer, Porto, 17/06/2017
- Matiné Pensante - Bruxelas, 24/06/2017
- Conferência ISCTE "Europa como Actor Global", Lisboa, 19/06/2017
- Conferência "Empowerment of Informal Carers Through Training, Skills Recognition And Certification: Is There A European Future?", Bruxelas, 21/06/2017
- Dijsselbloem Nights - Bruxelas, 27/06/2017
- Aula sobre União Europeia no Estabelecimento Prisional de Custóias, 03/07/2017
- Gender Workshop - CES, Coimbra, 07/07/2017
- Café Europa: A Europa da União Digital, FNAC Chiado, 07/07/2017
- Universidade de Verão do PODEMOS, Cádiz, 08-09/07/2017
- Bienal Cultural - Políticas europeias pós 2020 na área da cultura", Castelo de Paiva, 10/07/2017
- Debate Livro Branco sobre o Futuro da Europa, Lisboa, 14/07/2017
- Conferência "INspiring YOUTH - Peace Bulding" - Beja, 17/07/2017
- EU Ambassadors' Conference - Bruxelas, 29/08/2017
- Seminário COMUNIX sobre as iniciativas do Parlamento Europeu relacionadas com a defesa das terras comunitárias na Europa, Lousã, 02/09/2017
- Mesa Redonda e depois do Brexit? - Universidade Portucalense, Porto, 20/09/2018
- Cerimónia de entrega da medalha comemorativa prémio cidadão, Lisboa, 22/09/2017
- Conferência sobre Cuidados Primários - Porto, 24/09/2017
- I Encontro das Doenças Neurodegenerativas - Torres Novas, 20/10/2017
- Sessão Pública De Esclarecimento sobre Demências e Cuidadores Informais - Amora, 05/11/2017
- 3.ª Conferência Internacional de Envelhecimento Ativo tema: Envelhecer Social, numa Europa Económica" - Coimbra, 06/11/2017
- WEB SUMMIT - Free trade isn't free: A revised trade consensus: What does the future of international trade look like in an increasingly destabilised and protectionist global economy? - Lisboa, 07/11/2017
- Sessão sobre Mercado Digital e proteção de dados - Universidade do Minho, 17/11/2017
- Conferência da ATP - Associação Têxtil e Vestuário de Portugal: "The Portuguese Textile Sector: Reaching New Heights", REPER, Bruxelas, 05/12/2017
- "Fuga de Cérebros, os dois lados da história" - Bruxelas, 06/12/2017
- "Palestra/debate sobre Ciência, Política e Sociedade" - Coimbra, 26/01/2018
- Aniversário do Manifesto Ventotene - Bruxelas, 29/01/2018
- "Portugal and the Future of the EU budget" - Lisboa, 09/02/2018
- Simpósio: Contributos do projeto CATCH-EyoU para se repensar estruturas e oportunidades políticas - Porto, 15/02/2018
- Debate sobre os princípios de revisão da lei de bases da saúde - Lisboa, 17/02/2018
- Sessão de Debate Público Apresentação do estudo "Medidas de intervenção junto dos cuidadores informais - 23/02/2018
- Lançamento Portal PontoSJ - Lisboa, 23/02/2018
- Debate sobre Grécia - Coimbra, 24/02/2018
- Debate "Que pasa en Brasil? Lula y la situacion politica actual" - Bruxelas, 28/02/2018
- Iniciativa PODEMOS - Decálogo para un nuevo proyecto de país - Madrid, 08/04/2018
- "A Crise dos Refugiados", Coimbra, 27/04/2018

- Debate sobre Dia da Europa e Cascais Capital Europeia da Juventude em 2018 com Comissário Carlos Moedas - Nova SBE Carcavelos, 09/05/2018
- Conferência Europeia de Jovens - "Cross-cultural dialogues to take care of the planet, Cascais, 21/05/2018
- Palestra Palestina- Vozes importunas - Coimbra, 26/05/2018
- Há luz ao fundo do túnel...na economia mundial?" - Coimbra, 01/06/2018
- 3º Encontro Nacional de Cuidadores de pessoas com Alzheimer - Coimbra, 02/06/2018
- Assembleia Europa-Ásia sobre bens comuns - Barcelona, 09/06/2018
- Sessão pública: Direitos Humanos ao Fundo - Políticas Migratórias na Europa e EUA" - Lisboa, 26/06/2018
- Conferência "A proteção dos direitos fundamentais: os direitos fundamentais na Europa" - Lisboa, 06/07/2018
- Dia da Europa na Escola EB23 Cardoso Lopes - Amadora, 09/05/2017
- Visita à Escola Básica Marinhas do Sal - Rio Maior, 02/06/2017
- Sessão na Escola Secundária Engº Acácio Calazans Duarte - Marinha Grande, 02/06/2017
- "O funcionamento do parlamento e como se desenvolvem ações em matéria de defesa de Direitos humanos" - Escola Montemor-o-Velho, 16/02/2018
- Agrupamento de Escolas Eça de Queirós e dos Embaixadores seniores do programa EEPE - Lisboa, 20/04/2018
- Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Paço de Sousa - Penafiel, 23/04/2018
- Palestra Agrupamento de Escolas da Mealhada - Dia da Europa, 08/05/2018
- Visita ao Jardim Infancia Olivais - Coimbra, 08/05/2018
- Escola Artística Antonio Arroio - Lisboa, 09/05/2018

Participação em iniciativas de Clubes Europeus/ Estabelecimentos de ensino

- "Porque devem os sociólogos perceber de economia?" - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, 14/10/2016
- "Refugiados e outros desafios para a Europa" - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, 04/11/2016
- "A (des)construção da Europa" - Escola Santa Maria de Lamas, 27/01/2017
- Sessão sobre bullying, feminismo e igualdade de género - Escola Secundária Mães d' Água (Amadora), 17/02/2017
- Visita à Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva, Rio Maior, 23/02/2017
- Sessão sobre as mulheres na política e na UE - Escola Secundária de Cascais, 10/03/2017
- Debates ENES- Encontro Nacional de Estudantes Sociologia- Radicalismo: E a liberdade onde fica?" - Coimbra, 17/03/2017
- Sessão "A participação Política das Mulheres - 40 anos de Democracia em Portugal" - Universidade da Beira Interior, 24/03/2017
- Sessão no Agrupamento de Escolas Sidónio Pais - Caminha, 05/05/2017
- Dia da Europa em Escola de Ribamar - 08/05/2017

- Cidadanias" e documentação de apresentação do projecto "NE25A" (Núcleo de Estudos 25 de Abril) - Escola Secundária de Caldas das Taipas, 19/05/2018
- "9 de Maio - 9 Escolas" - Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola, 21/05/2018

Grupos de visitantes no Parlamento Europeu

- Grupo Commons Assembly, 16/11/2016
- Escolas de Coimbra, 12/05/2017
- Creche e CATL Rural "Olhar Infantil", 19/05/2017
- Escola Roque Gameiro, Amadora, 24/11/2017
- Agrupamento de Escolas de Eugénio de Castro, Coimbra, 02/03/2018
- Escola Secundária Avelar Brotero, Coimbra, 02/03/2018
- Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus, Vila Real, 16/03/2018
- Escola Básica e Secundária Dr. Bento da Cruz, Montalegre, Vila Real, 16/03/2018
- Clube da Europa do Agrupamento de Escolas de Águeda Sul, 25/05/2018
- Clube Europeu do Agrupamento de Escolas de Fajões, Oliveira de Azeméis, 25/05/2018
- Geoclube, Escola Secundária de Gondomar, 25/05/2018

- Centro Europe Direct Oeste, 01/06/2018
- Clube Europeu da Escola de Colmeias, Leiria, 01/06/2018
- Clube Europeu do Agrupamento de Escolas Henrique Sommer, Maceira, 01/06/2018

Missões/Dias de Estudo do Grupo Parlamentar

- Missão eleitoral Jordânia, 17-22/09/2016
- Missão oficial ao Egipto, 30/10-03/11/2016
- Missão ao Brasil, comunidades indígenas, 4-11/12/2016
- Missão Alemanha e Polónia (Horizonte 2020), 20-22/02/2017
- Missão eleitoral a Timor Leste, 17-22/03/2017
- Missão oficial à Jordânia, 20-25/05/2017
- Study Days GUE no País Basco - 06-08/06/2017
- Missão eleitoral às Honduras, 20-26/10/2017
- Missão oficial ao Líbano, 28/10-01/11/2017
- Missão eleitoral às Honduras, 22-11-04/12/2017
- Missão eleitoral às Honduras, 04-09/03/2018
- Missão eleitoral ao Líbano, 02-07/05/2018
- Study Days GUE/NGL Tessaloniki, 04-06/06/2018

5. REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Desde a última Convenção Nacional e até ao passado dia 4 de Março de 2018, o BE Madeira empenhou-se em promover diversas sessões públicas sobre as mais variadas matérias, tendo também tido uma presença constante nas iniciativas de rua. Estivemos junto dos trabalhadores e desempregados em diversas lutas por direitos laborais e pelo direito ao emprego. Acompanhamos e promovemos vários eventos de combate à discriminação de género. Participámos em manifestações, greves e lutas que nesta região se levaram a cabo. Nos Parlamentos, houve uma afirmação e consolidação da atividade do Grupo Parlamentar na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. Nesse âmbito, tivemos sempre a preocupação de apresentação de um conjunto de propostas em diversas áreas, no sentido de se acudir e tentar resolver muitos dos problemas das pessoas. Desencadeamos três debates parlamentares com a presença do Governo Regional sobre a Pobreza, Transportes e Autonomia onde confrontamos o Executivo

com os variados problemas nestas áreas. Os dois deputados têm igualmente procurado, dentro das possibilidades regimentais, protagonizar intervenções que desmascarem e ponham a nu muitas das falácias argumentativas aduzidas pelos responsáveis governativos bem como pelos deputados do PSD.

E todas as medidas que têm visado o bem-estar e melhoria das condições de vida da população madeirense e portosantense, independentemente da sua origem, têm merecido a sua aprovação e validação.

Em suma, um trabalho sério, honesto e propositivo, na defesa integral do programa eleitoral do BE-Madeira, que se pretende continuar a desenvolver, correspondendo assim às legítimas e soberanas expectativas do eleitorado que em nós depositou a sua confiança.

Na Assembleia da República temos levantado os problemas que afligem a Região, apresentando propostas no âmbito da mobilidade, da necessidade de novas infra-estruturas, como o Hospital, além de propostas que aliviem o peso da dívida da Madeira.

Em suma, nos Parlamentos da Região e da República, temos sido a voz de muitos milhares de madeirenses a quem não defraudamos nem defraudaremos.

No âmbito autárquico o Bloco de Esquerda/Madeira teve sempre presente que a afirmação do seu projeto político alternativo de Esquerda, na Região Autónoma da Madeira, passava por apontar energeticamente baterias ao PSD/Madeira e ao seu poder praticamente absoluto.

A queda do regime jardinista, de génese caciquista e autoritária, foi sempre entendida por este campo político como condição necessária ao virar de página na história democrática da Região. Em coerência com essa análise, nas eleições autárquicas de 2013 o Bloco de Esquerda/Madeira contribuiu de forma decisiva para a construção da candidatura da coligação "Mudança", encabeçada pelo então independente Paulo Cafôfo, à Câmara Municipal Funchal. Ao sair vitoriosa provocou a mais pesada derrota eleitoral e política que o PSD/Madeira sofreu até aos dias de hoje.

Nas eleições autárquicas de 2017, os órgãos regionais e nacionais do Bloco de Esquerda decidiram renovar a coligação no maior concelho da Região. Não o fizemos movidos pela mera aritmética dos lugares, essa não é a cultura política do Bloco de Esquerda, mas porque o balanço, o seu programa eleitoral e a coerência do trajeto político assim o ditaram.

O Bloco de Esquerda/Madeira conta hoje com o maior número de eleitos de sempre no concelho do Funchal. Estes autarcas são o garante de que as reivindicações e as legítimas aspirações das populações são o fio condutor da ação governativa autárquica e que o programa eleitoral da coligação “Confiança” é integralmente executado.

O Bloco de Esquerda/Madeira apresentou ainda candidaturas próprias aos concelhos de Machico, Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Porto Santo, Ribeira Brava e Santa Cruz, o que só foi possível devido ao envolvimento militante abnegado de dezenas de aderentes e simpatizantes do Bloco de Esquerda/Madeira.

Apesar do aumento global do número de votos para todos os órgãos autárquicos, em relação às eleições de 2013 (o Bloco de Esquerda passou de 516 para 986 votos nas Câmaras Municipais, de 663 para 1140 nas Assembleias Municipais e de 482 para 954 nas Assembleias de Freguesia), o projeto político que pretendemos construir para a Região tem a ambição de ir muito mais longe e isso passa por chegar e envolver muito mais gente. Nesse sentido, e não obstante o empenho dos e das candidatas e demais dirigentes e ativistas do partido, os resultados eleitorais obtidos nestes Municípios, apesar de, como já vimos, consubstanciarem uma ligeira subida, foram claramente insatisfatórios.

O Bloco de Esquerda na Madeira elegeu uma nova Comissão Coordenadora Regional a 4 de março de 2018, composta de 21 elementos, esta por sua vez elegeu uma comissão política Regional de nove elementos para assumir a direção corrente do partido na Região.

Neste período foram desenvolvidas várias iniciativas políticas.

Debates sobre: a liberdade de imprensa; direitos da criança; a importância do sindicalismo; a

problemática dos sem-abrigo; a liberalização da canábis; direitos das pessoas LGBTI+; a legislação laboral;

O BE assinalou o 25 de abril com distribuição de cravos e filme-debate, participou na marcha do Dia do Trabalhador.

Promoveu várias iniciativas de rua sobre temas da atualidade e colocou na agenda política regional a aplicação do novo regime jurídico dos transportes coletivos, o custo excessivo dos títulos e apresentou iniciativa na ALM para criar um operador interno público responsável por toda a rede de transportes coletivos na Madeira. Requereu um debate potestativo sobre as concessões de serviços, um tema fulcral na Madeira.

No plano organizativo interno foi eleita uma comissão de jovens em abril e realizaram-se encontros preparatórios para a instalação de três os núcleos locais.

6. REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

6.1. Relatório atividades - BE/Açores

Ao longo do mandato da Mesa Nacional eleita na X Convenção do Bloco de Esquerda, a Comissão Coordenadora do BE/Açores, juntamente com o Grupo Parlamentar na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e as Representações nas Assembleias Municipais de Ponta Delgada, Ribeira Grande (até outubro de 2017), Vila do Porto (a partir de outubro de 2017) e as estruturas insulares e locais do BE/Açores, apresentaram propostas nas mais variadas áreas e promoveram várias iniciativas em várias ilhas.

6.2. Grupo Parlamentar do BE/Açores

A partir de outubro de 2016 o BE/Açores, na sequência das eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aumentou a sua representação, passando esta de 1 para 2 deputados.

A atividade do Grupo Parlamentar foi diversificada e abrangente. Na área do trabalho, destacam-se propostas a exigência da contagem de todo o tempo de serviço docente nos Açores, o combate à precariedade e a defesa da manutenção dos postos de trabalho na fábrica conserveira da COFACO.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores foi o único nos Açores, até à data, a apresentar uma anteproposta de lei de alteração à Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marinho Nacional - que representa um roubo ao mar dos Açores - lançando o debate sobre esta matéria nos Açores e obrigando o Governo Regional a apresentar também uma anteproposta de lei sobre a matéria.

Lutamos, no parlamento regional, contra o encerramento de serviços públicos na região, nomeadamente de balcões da CGD e dos CTT e apresentamos propostas para impedir despejos, nomeadamente o despejo em massa no bairro de Santa Rita, na Ilha Terceira.

Defendemos a capitalização pública da SATA Internacional com vista à sua recuperação e desenvolvimento enquanto empresa estratégica e propusemos a sua manutenção enquanto empresa 100% pública em alternativa ao processo de privatização em curso.

Desenvolvemos várias iniciativas, em conjunto com as estruturas do BE na Ilha Terceira e com o Grupo Parlamentar na AR, com vista a exigir efetiva descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira, promovendo ainda debates públicos sobre a matéria.

Propusemos o início do processo de alteração da atual Lei de Finanças Regionais, que retirou autonomia e previsibilidade às finanças regionais. Apresentamos propostas relativas à igualdade de género no desporto, refeições escolares, contra a discriminação de pessoas portadores de deficiência e defendemos o aumento da pista do aeroporto da Horta, tendo a ALRAA declarado o interesse público do projeto por nossa iniciativa.

Suscitamos ainda vários debates de urgência sobre diversas matérias, nomeadamente as pescas, ciência, educação e reivindicações dos docentes, privatizações e reestruturação do setor público empresarial regional. Finalmente, no âmbito da fiscalização política, foram apresentados 73 requerimentos sobre diversas matérias.

Destaca-se ainda a realização de jornadas parlamentares sobre desigualdade, violência e discriminação de género.

6.3. Representações Municipais do BE/Açores e estruturas locais do Bloco

No âmbito da atividade das representações parlamentares do BE nas autarquias dos Açores foram apresentadas diversas propostas de âmbito local, nomeadamente na exigência de reavaliação da incineração em S. Miguel, da criação de uma agenda municipal para a igualdade de género em Ponta Delgada, na luta pelo não encerramento de serviços públicos no concelho de Ponta Delgada (CTT e CGD);

Em Vila do Porto defendemos a reabilitação do cinema do aeroporto a resolução dos problemas de saúde pública em zonas degradadas do concelho.

Defendemos, na Ribeira Grande, intervenções de reabilitação dos bairros sociais do concelho que são responsabilidade do município.

Nas várias assembleias e através das estruturas locais defendemos a integração dos precários das autarquias, com tomadas de posição públicas, recomendações e questões colocadas aos executivos municipais.

2017 foi ano de eleições autárquicas e nos Açores o Bloco apresentou-se a eleições em nove concelhos dos Açores, obtendo representação em dois deles, Ponta Delgada e, pela primeira vez, Vila do Porto.

7. O BLOCO NAS AUTARQUIAS E NO TRABALHO LOCAL

O Grupo de Apoio Autárquico foi criado pelo Secretariado da Comissão Política do Bloco de Esquerda em 2018, dando cumprimento às orientações resolutivas da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda do mandato que agora finda, tendo como missão acompanhar o desenvolvimento da atividade das e dos eleitas e eleitos locais do Bloco de Esquerda. Atualmente é composto por José Castro, Deolinda Martin, Paulo Sousa, Fabian Figueiredo, Helena Pinto, Marco Marques Neves e Margarida Grilo.

Tem reunido quinzenalmente para debater estratégias a adotar, formações e ainda assuntos de interesse nacional que possam ser estudados/ analisados com maior rigor e dos quais possam resultar propostas de recomendações, moções,

votos e/ou requerimentos a apresentar nas respetivas Assembleias, como por exemplo: a Recomendação pela Urgente Elaboração de Uma Estratégia Local ao Abrigo do 1.º Direito, o Inquérito enviado aos Autarcas sobre a Precariedade nas suas Autarquias e sugestões sobre perguntas a dirigir aos municípios e freguesias sobre esta matéria, a posição e respetiva declaração de voto sobre a adesão à Associação nacional de Assembleias Municipais, a Moção sobre tarifa social de resíduos, informação sobre a nova lei das Finanças Locais, a recomendação pela não transferência das novas competências previstas na Lei n.º 50/2018 já para o ano de 2019, entre outros.

Presta ainda todo o apoio necessário à atividade autárquica, explanando as posições adotadas pelo Bloco, esclarecendo dúvidas, auxiliando na elaboração de requerimentos, moções ou votos, emitindo pareceres legais e auxiliando nas queixas a apresentar junto de entidades administrativas, tribunais e Procuradoria-Geral da República.

Com uma componente bastante informativa, esclarece ainda as e os autarcas sobre os procedimentos a adotar nas Autarquias Locais para melhor obterem os resultados que pretendem. A exemplo disso tem-se informado os autarcas para apresentarem requerimentos políticos e requerimentos com perguntas ao Presidente da Câmara Municipal ou de Junta de freguesia em separado para que, caso os mesmos não sejam respondidos, se possa apresentar queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

Sempre que necessário são agendadas reuniões com os Eleitos Locais, a pedido destes, para prestação de qualquer esclarecimento. Existe ainda uma pessoa disponível entre as 10h e as 13h e das 14h às 19h para atender contactos telefónicos de Eleitos Locais que possam ter dúvidas um pouco mais urgentes e que precisem de ser esclarecidas na hora.

Por norma as respostas são dadas no menos prazo possível, 24h, ainda que possam existir questões que devido à sua complexidade e que necessitem de um estudo mais aprofundado possam demorar um pouco mais.

Relativamente à componente formativa foram organizadas formações com o intuito de informar

e debater as questões atuais ligadas à atividade local.

Nos dias 28 e 29 de abril de 2018 foi organizado um encontro nacional de trabalho local, em que participaram cerca de 200 pessoas, em Vila Franca de Xira, com diversos painéis ligados aos temas: Potencialidades e desafios da intervenção do Bloco nos Órgãos Autárquicos; Propostas e Políticas Municipais à Esquerda e Análise de Orçamento. Dentro destes temas discutiram-se painéis ligados às Assembleias de Freguesia, às Assembleias Municipais, ao Ambiente e Direitos dos Animais; Igualdade de Género e Direitos LGBTI+; Educação e Cultura; Direitos Laborais e Combate à Precariedade; Ordenamento do Território e Transportes; Políticas Sociais e Habitação. Existiu ainda uma mesa redonda com Vereadores Eleitos pelo Bloco.

Em junho desse mesmo ano foram organizadas duas formações, uma em Lisboa (23) e uma no Porto (30) sobre as temáticas de Habitação e Transportes Públicos, ministradas pelo Jurista José Castro e o deputado Heitor Sousa. Das formações resultou material informativo que foi fornecido a todos os Autarcas e ainda a uma proposta de recomendação dobre a estratégia local ao abrigo do 1.º direito.

Estes materiais informativos e outros artigos de opinião ligados à atividade local, que se pretende que ajudem na atividade autárquica e na elaboração de propostas pelos eleitos locais nas suas Autarquias, são ainda disponibilizados na internet - site do Bloco de Esquerda - no separador das Autarquias - <https://www.bloco.org/autarquias2.html>, criado por sugestão deste Grupo.

Foi publicado, em abril de 2018, uma nova versão do Guia Prático para Autarcas do Bloco de Esquerda que contém uma breve introdução histórica ao poder local, informação sobre as diferenças com a organização territorial europeia, as atribuições e competências das autarquias (incluindo as alterações que resultaram da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e suas alterações), informação sobre o financiamento das autarquias, taxas e impostos e diversos exemplos de documentos a apresentar nas Autarquias Locais sobre temas atuais e de interesse quer nacional, quer local. Para além de estar disponível no site do Bloco de Esquerda, este

Guia foi enviado para todas e todos Autarcas do Bloco de Esquerda.

Relativamente aos Autarcas eleitos pelo Bloco de Esquerda em 2013 e 2017, envia-se infra a análise dos resultados das Eleições Autárquicas, resultante da informação obtida no site <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/>

No ano de 2013, os resultados do Bloco de Esquerda foram:

Câmaras Municipais - 2,42% de votos - 120.982 Votos - resultou na eleição de 8 Vereadores

Assembleias Municipais - 3,15% de votos - 157.686 votos - resultou na eleição de 100 deputados

Assembleias de Freguesia - 2,30% de votos - 115.191 votos - de onde resultaram 138 mandatos

Por sua vez, no ano de 2017, os resultados do Bloco de Esquerda foram:

Câmaras Municipais - 3,29% de votos - 170.039 Votos - resultou na eleição de 12 Vereadores

Assembleias Municipais - 4,18% de votos - 216.248 votos - resultou na eleição de 125 deputados

Assembleias de Freguesia - 3,28% de votos - 169.555 votos - de onde resultaram 213 mandatos

Da análise destes dados resulta que em 2017 o Bloco de Esquerda aumentou as suas percentagens em todas as áreas relativamente às eleições anteriores. Assim, da análise comparativa resulta:

Câmaras Municipais - +0,87 % de votos; +49.057 Votos; resultou na eleição de +4 Vereadores

Assembleias Municipais - +1,03% de votos; +58.562 votos; resultou na eleição de +25 deputados

Assembleias de Freguesia - +0,98% de votos; +54.364 votos; de onde resultaram +75 mandatos

8. COORDENADORA NACIONAL DO TRABALHO

A Coordenadora Nacional de Trabalho (CNT) foi eleita na Mesa Nacional de 26 novembro de 2016, com objetivos bem definidos, de valorização do seu trabalho, na medida em que as lutas pelos direitos no trabalho são centrais para os tempos que se avizinham, calendarizamos debates/campanhas/ações juntos dos militantes do BE, mas também nos

seus locais de trabalho. Desenvolvemos o apoio de forma ativa e consequente junto dos grupos distritais/locais/regionais que se organizaram para apoiar trabalho político e laboral, essencial para criarmos laços e organização de proximidade com os locais de trabalho, e a organização local ajuda a criar essa dinâmica.

Articulamo-nos com o grupo parlamentar em campanhas de âmbito nacional, do trabalho, do social e dos movimentos sociais e sindical, criando movimento, apoiando as suas lutas e reivindicações.

Em conjunto com o mundo académico lançamos uma campanha sobre trabalho por turnos e noturno, realizamos várias sessões com trabalhadores, em que discutimos o conteúdo de um projeto de lei a apresentar no parlamento, em Mangualde, na Figueira da Foz e no Porto. Distribuímos em várias empresas comunicados de luta pela dignificação do trabalho noturno e trabalho por turnos e atenuar os seus elevados custos para a sua vida social, familiar e pela sua saúde, assim como pela antecipação da idade legal de reforma sem penalização.

Igualmente lançamos uma campanha contra o encerramento de estações dos CTT e pela reversão da sua privatização que tiveram um grande eco junto das populações e igualmente colocado ao nível do parlamento. Esta posição serviu de mote para as eleições para a CT a 8 maio deste ano, em que mantivemos 1 (um) eleito, 9 SubCT's em exclusivo (listas únicas) e 4 SubCT's em partilha com outras listas, possibilitando uma melhor intervenção em defesa dos trabalhadores.

Na Autoeuropa, sofremos um importante recuo na representação dos trabalhadores, ao não eleger ninguém para a CT. Uma nova direção dos trabalhadores, emergiu. É preciso agora (re) começar de novo.

Apoiamos ainda listas para as comissões de trabalhadores que se revelaram maioritárias, com a confiança dos trabalhadores, como na Super Bock Group (ex Unicer), entre outras. Estivemos nas lutas dos trabalhadores dos Call Center, EDP, Valorsul, Águas do Atlântico, EMEF, CP, CGD, Efacec, IPSS's, Estivadores, Ryanair, Soares da Costa, RTP, a Logística dos Supermercados, OGMA, Professores, Vigilantes e da Limpeza,

das minas da Somincor, entre noutras. Vários camaradas participaram nas eleições para as CTs da EFACEC, STCP e INCM, sendo eleitos. Impõe-se a necessidade de acentuar a nossa intervenção política nas empresas, bem como nos sindicatos e nas CT's, reforçando a nossa implantação e afirmação nas empresas e setores.

Foi assim, na luta da PT/Meo em que com alterações na estratégia e na organização (flexível) e no objeto da empresa, com uma gestão agressiva por parte da administração, de ofensiva contra os trabalhadores (assédio, falsa transmissão de estabelecimento/despedimentos), que marcou uma alteração qualitativa na ofensiva da transnacional - Altice - contra o trabalho e a sua frágil legislação laboral, e das suas organizações. A intervenção do BE junto dos trabalhadores, na rua e no parlamento, foi de grande importância para denunciar toda uma estratégia que para o capital transnacional pode marcar em Portugal "um novo salto qualitativo" na ofensiva contra o trabalho. Os trabalhadores com a sua luta, na rua e na empresa que juntou as centrais sindicais, todos os sindicatos e forças políticas à esquerda, o que veio a impor ao governo e ao PS legislação mais favorável quanto à "transmissão de estabelecimento".

Infelizmente, mais tarde a administração veio a criar condições na negociação do novo Acordo de Empresa para impor uma cláusula que nivela por baixo, o código, no que diz respeito à aceitação de tarefas indefinidamente, abaixo da sua categoria. Os sindicatos ficaram na negociação entre a capitulação e o "estado de necessidade".

A CNT organizou 3 (três) assembleias nacionais de ativistas do trabalho para troca de experiências e aprofundamento da atividade nas empresas e setores mas também sobre o "Futuro do Trabalho E, participou no II.º Encontro de Ativistas Laborais do distrito do Porto, e no I.º Encontro Laboral de Portalegre/Ponte Sor. Todos muito bem participados (só no primeiro estiveram mais de 200 ativistas, o outro foi dedicado à luta e à proposta de se assumir a necessidade de lançar nas empresas e setores, uma Campanha Nacional para "Destroikar as relações laborais", e no último com excelentes comunicações que deram lugar a uma Brochura - <https://www.bloco.org/media/EncontroNacionalTrabalho2018.pdf>) e que marca caminho para futuras reflexões e propostas para o trabalho 4.0.

Lançamos uma campanha nacional de sindicalização entre os aderentes com pouco êxito assinala-se. A nossa intervenção e ligação aos movimentos sociais e laborais deve colocada no nosso dia a dia, como estratégica.

A reversão das medidas atentatórias dos direitos sociais e laborais impostas pelo Governo da Troika era o grande desígnio para combater o enorme desequilíbrio de forças entre capital e trabalho. Os acordos à esquerda para a viabilização do Governo PS fizeram renascer a esperança, nos portugueses, num combate à "claustrofobia democrática", também ao nível das empresas, onde imperava e impera a lei do patrão.

O objetivo do PS é que quase tudo fique na mesma, pois é aqui que se revelam os maiores compromissos com o capital nacional e com as instituições internacionais - UE, FMI e OCDE.

A reposição da anterior correlação de forças Capital-Trabalho em favor deste último é algo que o sistema capitalista quer evitar a todo o custo, impedindo, designadamente, o reforço da contratação coletiva e impondo alterações "liberalizadoras" e "flexibilizadoras" ao Código do Trabalho, em que "combater a precariedade com mais precariedade" são desígnios do governo PS, das confederações patronais e da UGT e os próximos meses vão comprová-lo.

9. COORDENADORA NACIONAL DE JOVENS

9.1. Conferência, eleição e membros

Na Conferência que elegeu esta Coordenadora Nacional de Jovens, verificou-se novamente a necessidade de definir com clareza o papel da CNJ. De facto, a CNJ está presa entre constituir um grupo de trabalho e um órgão de orientação política para organização de jovens, acabando por ter dificuldades em ir além da organização das iniciativas que organiza anualmente e em imiscuir-se na vida política do partido.

Foram eleitos 11 membros, 9 pela lista X, 2 pela lista D. Desde a conclusão da comissão de inquérito a aderentes do Bloco envolvidos na campanha autárquica paralela organizada pelo SR-CIT, em Lisboa, e respetivas sanções, existem dois mandatos por preencher em nome da lista D. Os aderentes da lista D foram contactados pela

CNJ várias vezes, mas não demonstram interesse em tomar posse do seu mandato, pelo que a CNJ tem funcionado com apenas os 9 membros eleitos pela lista X:

Sara Azul (Porto)
Mafalda Escada (Lisboa)
Catarina Alves (Porto)
Izaura Solipa (Santarém)
Andreia Quartau (Lisboa)
Ana Martins (Lisboa)
Xavier Gaspar (Leiria)
Diogo Mendes (Setúbal)
Manuel Fernandes (Porto)

9.2. Reuniões

A moção vencedora à Conferência de Jovens propunha-se a reunir em vários distritos, reunindo também com jovens locais, para contrariar a concentração da atividade em Lisboa e no Porto. Foram realizadas reuniões nos distritos de Lisboa, Porto, Viseu, Santarém e Setúbal. Porém, a maioria das reuniões acabou por se dar em Lisboa, pela maior concentração de membros na capital, não só pela composição da CNJ, mas também pela maior concentração de iniciativas nacionais na cidade. Por outro lado, as reuniões nos restantes distritos com jovens locais não tiveram a adesão esperada.

Uma das formas encontradas para contrariar a distância entre a CNJ e xs jovens consistia na publicação antecipada da Ordem de Trabalhos e posterior publicação das minutas. Porém, nem sempre foram cumpridos estes dois pontos.

9.3. Iniciativas

9.3.1. Inconformação

O Inconformação 2017, organizado em Pombal, contou com cerca de 60 participantes. A sua organização foi dificultada pelo facto de a CNJ ter sido eleita imediatamente antes e ter tido pouco tempo para a sua organização. Foram debatidos vários temas dentro das áreas habituais: LGBTQI, feminismo, educação, economia, história, ambiente, etc.

9.3.2. Brigadas de Verão

Para as Brigadas de 2017 foram impressos 45.000 panfletos produzidos pela CNJ que foram distribuídos durante duas semanas intercaladas na costa algarvia e na costa alentejana.

pela região centro/norte e outro pela região sul. Desta forma se evitará repetir regiões e se tentará chegar a uma maior diversidade de pessoas e locais até agora negligenciados.

Ao longo do tempo, a formação das equipas das Brigadas têm tido critério flexível e pouco definido. Assim, a CNJ decidiu em reunião que as equipas das Brigadas deverão ter equilíbrio territorial (evitando reunir apenas aderentes de Lisboa e Porto), deverão servir de mecanismo de inclusão de jovens pouco integrados, e estar coordenadas com as estruturais locais do Bloco.

9.3.3. Acampamento Liberdade 2017

O Liberdade 2017 contou com cerca de 150 participantes. O número de participantes e a organização do acampamento ficaram aquém do objetivado. Foi o primeiro acampamento organizado por esta CNJ. Para a maior parte foi difícil a organização do acampamento, pelo desconhecimento das tarefas e dos procedimentos associado à falta de apoio por parte de camaradas mais experientes, da produção central, bem como pela falta de procura desse apoio por parte da CNJ.

A sobrecarga de tarefas logísticas impediram a CNJ de dedicar tempo a repensar politicamente o modelo do acampamento, limitando-se à reprodução do modelo anterior, substituindo apenas o nome do “Espaço LGBT” por “Espaço Queer” numa tentativa de explorar novos sujeitos políticos e ampliar a discussão. O programa do acampamento foi bastante elogiado por participantes, aderentes e simpatizantes do Bloco.

9.3.4. Encontro de Ativistas Estudantis 2018

O Encontro de Ativistas Estudantis estava proposto na moção vencedora à Conferência. Foi sendo adiado por indisponibilidade da CNJ e do calendário do Bloco e foi organizado finalmente em Abril deste ano, contando com cerca de 130 inscrições e 80 participantes.

A organização do Encontro foi dificultada pelo tempo que se demorou a encontrar uma escola. Após novo adiamento do Encontro e nova reunião entre a CNJ e a produção para rever os critérios para a escola e continuar a sua procura, foi-nos sugerido pelo alterar a localização do Encontro de Lisboa para o Porto, dada a quantidade de iniciativas nacionais realizadas na capital. Este momento, não só atrasou de novo a organização

da iniciativa, como se revelou um atropelo de uma decisão tomada e comunicada cinco meses antes pela CNJ, fruto da leitura que a mesma fez das possibilidades de participação tendo em conta o movimento estudantil a nível nacional.

O balanço do Encontro é positivo, na medida em se conseguiram participações por parte de pessoas novas, ligadas a movimentos convidados pela CNJ para participar. Lamentamos, no entanto, a indisponibilidade por parte dos deputados encarregues da área da educação em participar no Encontro, tendo em conta que foi um dos poucos momentos do ano em que estão reunidos estudantes do Bloco, e não só, a discutir precisamente essa área. Esta ausência ilustra a pouca coordenação que há entre a CNJ e o resto do partido no que toca à definição de posições e reivindicações, também na área da educação, mais conotada com jovens, o que é negativo, uma vez que ignora o pensamento de jovens do partido, bem como as experiências que muitos têm através da sua organização nos estabelecimentos de ensino que frequentam.

Os contributos e conclusões do Encontro são públicos e foram discutidos em reunião com o Luís Monteiro. Nas reuniões da CNJ sublinhou-se a importância de repetir esta experiência.

9.3.5. Acampamento Liberdade 2018

O Liberdade será este ano organizado no município de Abrantes, distrito de Santarém, onde a comunicação com as autoridades locais foi feita em coordenação com o vereador eleito pelo BE.

Ao contrário do ano anterior, a produção central tem auxiliado mais à sua organização, aliviando a CNJ de tarefas logísticas e burocráticas, podendo esta concentrar-se noutra tipo de tarefas. Assim, fez-se, por exemplo, um manual do acampamento para distribuir. Esperam-se cerca de 200 pessoas tendo em conta o número de inscrições até à data.

9.3.5. Outras

A CNJ participou, tanto diretamente como reencaminhando convites para grupos de jovens locais, noutras iniciativas, nomeadamente debates em escolas secundárias e faculdades. Mais recentemente, ajudou à organização do “Inquietação”, organizado por jovens de Olhão, onde se debateram direitos LGBTI, propinas e ensino superior, alterações climáticas e exploração

de petróleo.

9.4. Materiais produzidos e comunicação

A CNJ procurou produzir alguns materiais para distribuição e partilha online para além dos materiais de divulgação das iniciativas. (panfleto para distribuição em brigadas de verão sobre habitação, precariedade e canábis (verão 2017), panfleto antipropina (1º trimestre de 2018), panfleto brigadas de verão sobre trabalho sexual, ... (verão 2018)).

O jornal Pão e Cravos, depois da sua primeira reformulação, melhorou muito em design e conteúdo, atualizando-se, ainda antes da eleição desta CNJ. Contudo, foram lançados poucos números e o jornal esteve 11 meses parado. Em Abril de foi lançado um número especial 25 de Abril. O facto de ser o próprio grupo de trabalho a paginar o jornal, perante a falta de pessoas com conhecimentos para tal, tem dificultado o trabalho e o jornal está novamente parado, também perante alguma inércia do grupo de trabalho, aguardando-se uma edição. Será discutido com a produção central que o jornal seja paginado pelo designer do Bloco.

A reformulação do grupo da página de Facebook “Jovens do Bloco” resultou numa página mais ativa, com mais comentário político aos conteúdos partilhados e mais interação. Foi partilhada uma imagem produzida pelos jovens comparando o valor total de resgates à banca privada com o equivalente em anos de ensino superior gratuito em Portugal, tendo-se revelado a publicação com mais interações e partilhas, atingindo cerca de 50.000 pessoas. Conclui-se que é importante a produção de conteúdos semelhantes.

9.5. Internacional

A CNJ participou em quatro iniciativas a nível internacional: reunião do grupo de jovens da Esquerda Europeia (Grécia, abril de 2017), “The Future of Arctic Climate” organizada pela Esquerda Europeia e pela Juventude de Esquerda da Finlândia (Finlândia, setembro 2017), uma iniciativa da Juventude da Esquerda Republicana Catalã (Catalunha, outubro 2017), iniciativa “Reigniting Radical Youth Politics” organizada pelo Sinn Féin (Irlanda, abril de 2018).

Destas iniciativas, a CNJ concluiu que não vê qualquer futuro na tentativa de criação de uma

Juventude da Esquerda Europeia, levada a cabo especialmente pela Juventude do Syriza e do Die Linke, não encontrando nas organizações participantes e interessadas no grupo de trabalho margem suficiente de convergência. Assim, temos estado ausentes das reuniões do grupo. A estratégia adotada foi a de manter o diálogo e manter-se informada das atividades do grupo, evitando um papel ativo no mesmo, mas não rejeitando por completo a sua presença em iniciativas, numa lógica de abertura e de tentativa de contactos bilaterais com as organizações com as quais nos identifiquemos mais, como foi o caso, por exemplo, da Juventude da Esquerda Republicana Catalã, convidada para o Liberdade 2018, e do Sinn Féin a cujo convite acedemos para participar na iniciativa na Irlanda, em Abril 2018.

A CNJ tem tido também contacto esporádico com camaradas do PSOL e irá contar com a sua presença no Liberdade 2018.

10. GRUPO DE TRABALHO DO ENSINO SUPERIOR E DA CIÊNCIA

O Grupo de Trabalho do Ensino Superior e da Ciência foi constituído no início do mandato desta Mesa Nacional. Durante estes dois anos de mandato, funcionou principalmente durante o último ano. Serviu, essencialmente, para cimentar uma ligação do trabalho legislativo e parlamentar com os ativistas do setor, nomeadamente docentes, investigadores e estudantes. Criou-se uma mailing list para mitigar a distância territorial num grupo que reúne massa crítica de vários pontos do país. O balanço que fazemos é positivo, nomeadamente no que toca à organização do I Encontro Nacional do Ensino Superior e da Ciência do Bloco, que reuniu no Porto, em dezembro passado, algumas dezenas de militantes e simpatizantes.

10.1 Atividades:

- Reuniões regionais em Lisboa, Porto e Coimbra (fevereiro a abril de 2018)
- Reuniões temáticas sobre alterações ao RJIES – Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (maio de 2018)
- Criação de um Google Drive com partilha de documentos técnicos e material legislativo
- Lançamento da campanha em defesa da Progressão dos Docentes do Ensino Superior

(junho de 2018)

- Encontro Nacional do Ensino Superior e da Ciência do Bloco – Faculdade de Belas-Artes da UP (dezembro de 2017)

11. DEPARTAMENTO INTERNACIONAL (JULHO DE 2016 - JUNHO DE 2018)

11.1. Participação/Organização de Iniciativas Internacionais

- Organização da Cimeira do Plano B em Lisboa, de 21 e 22 de outubro de 2017.
- Preparação e acompanhamento da participação no Fórum de Marselha, 10 e 11 Novembro de 2017, organizado pelo Partido da Esquerda Europeia. [Ana Bárbara Pedrosa, Francisco Colaço, Hugo Pereira, Luís Fazenda]
- Participação na organização do BE da Conferência 200 anos de Karl Marx, 24 e 25 de março de 2018.
- Participação no processo da plataforma eleitoral europeia Agora, o Povo, que atualmente inclui Bloco de Esquerda, Podemos, France Insoumise, Aliança Verde Vermelha (Dinamarca), Partido de Esquerda (Suécia), Aliança de Esquerda (Finlândia).

11.2. Participação em Congressos

- Participação no 2º Congresso da CASA-CE, 6 a 8 de setembro de 2016, Talatona/Luanda, Angola. [Bruno Góis]
- II Congresso Syriza 13 a 16 de outubro 2016. [Maria Manuel Rola]
- Participação no Congresso de Refundação do Sortu, 21 de janeiro 2017, País Basco. [Nelson Peralta]
- Participação no Congresso de Fundação de Catalunya en Comú realizado a 8 de abril de 2017, Barcelona, Catalunha. [Luís Fazenda]
- Participação no Congresso do Die Linke, 9 e 10 de junho de 2017, Hannover, Alemanha. [Luís Fazenda]
- Sinn Féin Ard Fheis (National Conference) 17 e 18 novembro de 2017, Irlanda. [Ana Bárbara Pedrosa]
- 37º Congresso do PC da Áustria, 2 e 3 de dezembro de 2017. [Sandra Cunha]
- Congresso da Aliança Vermelha-Verde – Copenhaga, 27-29 abril de 2018. [Moisés Ferreira]

- Sinn Féin Ard Fheis (National Conference) 15/16 Junho 2018. [Ana Bárbara Pedrosa]

11.3. Participação em outras iniciativas

- Participação na Festa do PCE, 17 e 18 de setembro de 2016, Madrid, Espanha. [Isabel Pires]
- Conferência da Modern Left - 10 a 12 Abril de 2017, Chipre. [Bruno Góis]
- Participação nos III Encontros Ecosocialistas, 23 e 25 de Setembro de 2016, Bilbao, País Basco. [João Camargo]
- Participação nas reuniões do Plano B: Copenhaga (19 a 20 novembro 2016), e Roma (11 e 12 de março de 2017). [Catarina Martins e Pedro Filipe Soares, respetivamente]
- Participação na Conferência "Soberania Popular e a Autodeterminação" realizada a 20 de maio de 2017 em Barcelona, Catalunha. [Luís Fazenda]
- VII Conferência Internacional da Via Campesina, Bilbao - País Basco, 19 a 24 julho de 2017 [Maria do Carmo Bica]
- Conferência da Modern Left, Bergen - Noruega, 22 e 23 de fevereiro de 2018 [Luís Fazenda]
- Participação em iniciativas do BNG e da Anova (Galiza) [Luís Monteiro, Joana Mortágua]
- Conferência de jovens europeus, Irlanda, Sinn Féin [Sara Santos, Xavier Gaspar]
- Festa da Unidade Popular (Grécia) [Nelson Peralta]
- Jornadas europeias organizadas pelo Podemos [Maria Manuel Rola]

11.4. Participação no Partido da Esquerda Europeia

- Preparação e participação no 5o Congresso do Partido da Esquerda Europeia, dezembro de 2016, Berlim. A delegação do Bloco de Esquerda eleita na Mesa Nacional foi composta por: Ana Gonçalves, Bruno Góis, Deolinda Martin, Elsa Santos, Fabian Figueiredo, Francisco Colaço, Luís Fazenda, Maria do Carmo Bica, Marisa Matias, Paulo Vieira, Renato Soeiro. Acompanhou a delegação como convidado Ricardo Gouveia (C. Coordenadora Nacional de Jovens).
- Marisa Matias e Luís Fazenda representaram o BE na Comissão Executiva do PEE. Reuniões em Bruxelas, Viena e Roma.
- Assembleia ELFEM Atenas, 4 a 6 Novembro 2016. [Maria Manuel Rola e Sofia Roque]
- Juventude da Esquerda Europeia, abril de 2017,

Atenas, Grécia. [Ricardo Gouveia]

- Reunião da Juventude da Esquerda Europeia 10 de setembro de 2017 em Helsínquia [Izaura Solipa]
- Maria do Carmo Bica representou o BE no grupo de trabalho da Agricultura.
- Francisco Colaço representou o BE no grupo de trabalho da América Latina.
- Francisco Alves e Deolinda Martin representaram o BE no grupo de trabalho do Trabalho/Sindicalistas.
- Manuel Grilo representou o BE no grupo de trabalho da Educação.
- Inês Ribeiro representou o BE no grupo de trabalho LGBTI.
- Nelson Peralta representou o BE no grupo de trabalho do Ambiente.

11.5. Outras atividades

- Nota de condenação pela execução de Marielle Franco enviada ao PSOL, Mensagem de condolências enviada ao Sinn Féin pelo falecimento do líder republicano irlandês Martin McGuinness, Saudação ao 7º Congresso do Aralar, Saudação ao 45º aniversário Frente Polisario.
- Participação em ações de solidariedade com a Catalunha
- Participação em ações de solidariedade com Lula
- Participação em ações de solidariedade com a Palestina
- Recepção, em Lisboa, de representantes de partidos (nomeadamente France Insoumise, Die Linke, PCF, Partido Vermelho da Noruega, PT do Brasil, Unidade Popular da Grécia, Verdes Europeus, PLM Filipinas).
- Reuniões em Lisboa com Dilma Rousseff, com Gregor Gysi, e com Guilherme Boulos, coordenador do MTST e candidato presidencial apoiado pelo PSOL (Brasil).
- Reuniões na sede nacional do BE com o embaixador da Alemanha e com a embaixadora de Cuba.
- Reuniões em Bruxelas com PTB e Demain da Bélgica, e Sinistra Italiana.
- Colaboração com os convites internacionais para o fórum Socialismo 2016, 2017 e 2018.
- Convites a partidos e entidades internacionais para a XI Convenção Nacional do Bloco de

Esquerda

Nota: Tiveram também lugar outras iniciativas significativas de contacto internacional realizadas em vários âmbitos específicos: desde a Coordenadora do Bloco de Esquerda, ao Grupo Parlamentar na Assembleia da República, à delegação no Parlamento Europeu, aos eleitos locais e a elementos do Bloco de Esquerda inseridos em movimentos sociais.

Até 30 de junho de 2017, fizeram parte do Departamento Internacional os membros eleitos pela Mesa Nacional a 2 de abril de 2016: Alda de Sousa, Ana Gonçalves, Bruno Góis, Francisco Colaço, Luís Fazenda, Marisa Matias e, durante as suas funções nos órgãos do PEE, até dezembro de 2016, Renato Soeiro e Elsa Santos.

A 1 de julho de 2017 foi eleito pela Mesa Nacional o novo Departamento Internacional, constituído por: Alda Sousa, Alex Gomes, Ana Bárbara Pedrosa, Ana Moura Gonçalves, Bruno Góis, Francisco Colaço, Hugo Pereira, Luís Fazenda, Maria Manuel Rola, Marisa Matias, Nelson Peralta, e Rui Beles Vieira.

12. GRUPO DE TRABALHO DE AGRICULTURA

O Grupo de Trabalho de Agricultura e Economia Social tem desenvolvido atividade regular que se traduziu em vários níveis de intervenção:

Colaboração na reflexão e definição da política para a agricultura, floresta e alimentação através de reuniões do Grupo de Trabalho, partilha de informação e realização de encontros alargados, nacionais e regionais.

Contributos para a redação de documentos políticos e propostas legislativas. Na elaboração de iniciativas legislativas destaca-se o Pacote Florestal, a alteração à Lei dos Baldios, as propostas de reversão da liquidação da Casa do Douro, a preparação de um projeto de Lei de Bases da Alimentação Adequada, mediadas de apoio aos agricultores com prejuízos provocados pelos incêndios de 2017, entre outros.

Organização de debates e outras iniciativas das quais se destacam o debate nacional sobre a reforma florestal realizado em Coimbra, a

sessão de apresentação da política florestal do Bloco na freguesia de Aboim, distrito de Braga, debate sobre a reforma da PAC em Santarém, apresentação de propostas para conferências no âmbito do Socialismo 2017 e 2018 e participou na organização do debate sobre política florestal realizada em Leiria.

Ligação às organizações de agricultores, ONGs de desenvolvimento, ambientalistas e apicultores. Tem mantido contactos com a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), com a Baladi, com a REALIMENTAR, com a ATUAR, participámos na constituição da FIAN Portugal. Apoio ao reforço de associações de agricultores, apoio à dinamização de Unidades de Gestão Florestal (UGF) através da elaboração e divulgação de um projeto de estatutos de cooperativa adaptado à UGF, elaboração de um caderno de normas para a constituição de UGF e promoção de reuniões com produtores, dirigentes associativos e autarcas nos distritos de Braga, Viseu, Leiria, Lisboa e Santarém. Visitas a Baldios nos distritos de Coimbra, Viseu e Santarém e reuniões com alguns dos seus conselhos diretivos.

Participação na criação e dinamização do FASE - Fórum Ambiental, Social e Económico e integramos o seu Grupo Coordenador. O FASE organizou duas conferências nacionais e diversos encontros regionais.

Ligações internacionais. A este nível assegurámos participação do Grupo de Trabalho de Agricultura do Partido da Esquerda Europeia, onde participámos em todas as reuniões e na redação de documentos, participámos na 5ª Assembleia Internacional de Mulheres da Via Campesina, em Derio, no País Basco, organizámos em parceria com o PODEMOS da Extremadura um debate sobre Política Agrícola Comum que se realizou em Mérida e participámos no II Fórum Europeu de Economia Social e Solidária, em Bruxelas.

13. GRUPO DE TRABALHO RESPEITO PELOS ANIMAIS

Este é um grupo de trabalho que formalizou a sua existência no início de 2018.

Realizou dois encontros regionais, um em Vila Real e outro em Lisboa e deu resposta a mais de

uma dezena de solicitações de concelhias para iniciativas próprias.

A partir de Novembro vai dinamizar grupos de discussão aprofundada sobre uma perspetiva anticapitalista e dinamizar a divulgação de autores que tem vindo a desenvolver teses sobre a exploração animal pela sociedade capitalista de forma a cunhar a luta animalista do Bloco de Esquerda com a perspetiva não tão frequente no movimento social: uma luta interseccional contra a exploração que tem em conta todas as formas de exploração e não apenas a humana ou a animal.

Dinamizou a escrita de texto contributo a convenção que contou com mais de uma centena de subscritores e que desenvolve a proposta política que o Bloco tem vindo a defender nos últimos anos para o bem-estar animal.

Reuniu 3 vezes neste ano, com aderentes de vários pontos do país e que participam nas reuniões por skype.

14. GRUPO DE TRABALHO PARA O INTERIOR

O 6º Encontro do Interior do Bloco teve lugar em Tondela, a 22 de Dezembro de 2017, sob o lema “Queremos um País por inteiro”, e propôs à Mesa Nacional o texto designado “Declaração de Tondela”, documento reivindicativo de novas políticas públicas para o Interior.

O atual Grupo de Trabalho do Interior, formado na sequência do encontro de Tondela, por decisão da Mesa Nacional em reunião realizada no dia 04 Fevereiro de 2018, sucedeu aos GT anteriores sobre esta temática que têm vindo a promover anualmente os Encontros do Interior.

O GT para o Interior reuniu pela primeira vez no dia 04 de Março, 30 dias depois de ser formado, na sede do Bloco da Covilhã.

Dessa reunião saiu em primeiro lugar a necessidade de apoiar a luta das populações dos concelhos da Covilhã e do Fundão contra a exploração mineira na Serra da Argemela e, em particular, a ação que iria decorrer nesse dia na localidade de Barcos, promovida pela Associação de Defesa da Serra da Argemela e que contava com a participação de autarcas e do nosso camarada deputado

Pedro Soares. Assim nos envolvemos na ação em conjunto com os camaradas do BE do distrito de Castelo Branco.

Na reunião foi feita uma abordagem sobre os diversos problemas do interior em particular o encerramento de diversos serviços públicos, os problemas da mobilidade e da falta de empregos e acertaram-se as respostas a dar.

Considerou-se como prioritária a necessidade do incremento do investimento público com impacto real nas regiões do interior, descentralização e combate ao encerramento de serviços públicos, renovação da rede ferroviária e da rede de transportes rodoviário que liguem as zonas rurais aos centros urbanos.

Foi entendido como relevante para a intervenção no Interior o conjunto de propostas apresentadas pelo Bloco no âmbito do Pacote Florestal, principalmente a criação das Unidades de Gestão Florestal (UGF), forma de gestão agregada e com escala para garantir a execução dos procedimentos de ordenamento florestal.

Abordou-se também a necessidade de se levantar a bandeira da Regionalização, como processo de descentralização que incremente a participação e a capacidade de decisão democrática das populações, indispensável ao combate às assimetrias regionais e sociais, face a um território continental cada vez mais litoralizado e metropolizado.

Nesse sentido, foi decidido dar apoio para que as distritais do interior promovessem debates sobre os problemas do seu respetivo distrito e sobre a Regionalização. A primeira iniciativa foi da Distrital de Portalegre que realizou um debate sobre a descentralização com convidados da região.

O Grupo de Trabalho para o Interior contribuiu também para o debate no processo da XI Convenção do Bloco de Esquerda com uma proposta em torno do tema sobre a Regionalização publicada no deBatEs #2 sob o título “Um País fraturado”.

O Grupo de Trabalho para o Interior promoveu uma ação comunicacional sobre o encerramento dos CTT nos distritos do interior. Lançou um comunicado público, apresentado em Conferências de Imprensa promovidas em simultâneo no mesmo dia e hora, 18/10/2018, em

várias regiões sobre o encerramento dos balcões a nível do País e em particular em cada distrito.

O Grupo de Trabalho para o Interior considera que deverá melhorar e intensificar o seu trabalho, melhorar o funcionamento do grupo e interagir mais com cada uma das distritais procurando ultrapassar as dificuldades do seu próprio funcionamento face às distâncias que os camaradas têm de distrito para distrito, bem como ao acerto das respetivas agendas pessoais e políticas.

O Grupo de Trabalho para o Interior decidiu que o próximo Encontro do Interior se realizará em Vila Real em data a anunciar.

15. GRUPO LGBTI

O grupo de trabalho para as questões LGBTI promoveu a organização de reuniões de preparação para a participação do Bloco de Esquerda na 18ª e 19ª Marcha do Orgulho LGBTI em Lisboa, através da discussão e definição do lema e palavras de ordem assim como produção de materiais.

O grupo de trabalho continuou a manter a articulação com o Grupo de Trabalho LGBT da Esquerda Europeia promovendo a representação e participação nas reuniões em Bruxelas e tendo realizado a Conferência Europeia “Gender, Self Determination and LGBTI Policies” no dia 10 de junho no Teatro S. Luiz seguida da Festa LGBTI em Lisboa e ainda a reunião de trabalho com os representantes internacionais no dia 11 de junho na sede nacional do Bloco, tendo-se decidido a produção de um contributo relativo aos direitos das pessoas LGBTI na Europa para integrar no Common Manifesto for the 2019 European Elections.

As discussões internas e externas com ativistas e organizações LGBTI nacionais e internacionais permitiram estabelecer contactos privilegiados e recolher contributos importantes para a discussão das questões lgbti num contexto global em que importa unir esforços, reforçar solidariedade e agir em articulação.

O grupo de trabalho em articulação com o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda discutiu com

militantes e ativistas lgbti as estratégias visando a aprovação da Lei da Autodeterminação de Género e promoveu-se ainda a criação de um espaço de partilha e visibilização dos direitos lgbti através da campanha Queerheartsbloco no Instagram.

Atualmente o grupo de trabalho está empenhado na discussão sobre a importância e necessidade de uma Educação para a Cidadania Inclusiva que aborde as temáticas lgbti, preparando-se para produzir contributos para esse efeito.

16. GRUPO +60

A constituição do Grupo +60 é anterior ao período de exercício 2016-2018 da Mesa Nacional mas neste mandato continuou a sua actividade regular a vários níveis.

1. Prosseguiu a realização mensal da reunião do Grupo a qual se destina a equacionar e discutir os principais problemas que afectam esta faixa etária definindo linhas de intervenção para os seus activistas;
2. Assegurou a publicação mensal do Boletim cujo #55 acaba de ser publicado e no qual se dá conta do que se deliberou na última reunião e propõe o trabalho seguinte. O Boletim é distribuído para todos os aderentes +60 através do mailing list do Bloco;
3. Organizou e publicou o Manifesto+60 (1ª edição 2016, 2ª edição 2017, 3ª edição 2018) no qual são divulgados os objectivos da luta dos +60;
4. Participou no Forum Socialismo, organizando e dinamizando uma secção, em 2016 (Santa Maria da Feira), 2017 (Lisboa) e 2018 (Leiria);
5. Realizou o 1º Encontro subordinado ao título Segurança Social, saúde e crise social: problemas e soluções (Almada, Fev. 2016) e o 2º Encontro O Bloco em luta por um estado social para todos (Lisboa, Fev. 2017) estando em marcha a organização do 3º Encontro para Março 2019;
6. Os seus membros associados da APRe! participaram em várias iniciativas desta associação na defesa dos princípios do Bloco;
7. Desde 2018 que dispõe de espaço próprio no sítio do Bloco no qual publica todos os documentos que produz bem como dá notícia

das suas actividades;

8. Com o objectivo de alargar a sua actividade, contactou o Gabinete do Vereador do Bloco na CMLisboa e participou numa primeira reunião para definir colaboração futura ao nível do apoio social a seniores.

Em 2017, a coordenação do Grupo+60 teve reuniões com as distritais do Porto (2) e de Coimbra (1) para discutir a necessidade de criação de núcleos +60 naquelas cidades. Nesse sentido, parece também importante referir que está em fase final de organização uma conferência a ter lugar em Dezembro próximo, no Porto, subordinada ao tema Há mais vida para além dos 60 cujo orador será Júlio Machado Vaz. Consideramos a realização desta iniciativa muito importante em si mesmo mas também como um factor de dinamização fora do círculo de Lisboa.

Desde 2017, o Grupo tem procurado manter com o Grupo Parlamentar uma relação mais próxima transmitindo as suas preocupações e reivindicações em matéria de pensões. Com esta mesma perspectiva, foi submetida uma proposta de resolução sobre a disponibilização do recibo das pensões a todos os pensionistas da CNP a qual foi aprovada em plenário.

17. ORGANIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

17.1. Blocosfera

A blocosfera engloba os sites esquerda.net, bloco.org, beparlamento.net e as páginas nas diferentes redes sociais.

Esquerda.net

Os dados que apresentamos têm como base um novo sistema de estatísticas, mais preciso e seguro, que entretanto pudemos adotar. Assim, reapresentamos os dados das visitas ao esquerda.net desde 2014, incluindo os dados de 2016 e 2017.

Em 2014, as visitas ao esquerda.net foram de 1,94 milhões, o que significa uma visita média diária de mais de 5.300. Em 2015, as visitas anuais foram de 3,8 milhões, baixando em 2016 para 3,15 milhões e para 2,8 milhões em 2017, 7.600 visitas médias diárias.

Em relação à blocosfera (que engloba esquerda.

net+bloco.org+beaparlamento.net), as visitas foram de cerca de 2,1 milhões em 2014, 4 milhões em 2015, 3,4 milhões em 2016 e 3 milhões em 2017.

No **facebook**, o número de seguidores cresceu de 52 mil para 62 mil, entre setembro de 2016 e igual mês de 2018. Na lógica de "Alcance" - número de pessoas que permitiram que publicações na Página fossem visualizadas no seu ecrã - a exposição diária de publicações mantém-se estável entre as 10 mil e 50 mil pessoas alcançadas, salvo picos de atividade excepcionais devido a assuntos políticos de particular relevância no momento, com publicações a alcançarem para cima de 200 mil pessoas.

Twitter, Não estando disponíveis os dados desde 2016, é possível reportar que, de janeiro de 2018 a setembro de 2018, o número de seguidores aumentou de 15,5 mil para 18 mil. O número médio de tweets por mês aumentou de 200 para 450, bem como o número de "impressões" - visualizações na timeline dos utilizadores da rede - de 300 mil para 613 mil. O número de visitas duplicou também de 4 mil para 8 mil, e o número de "Menções" aumentou de 300 para mil. Em termos de produção bruta, o número de tweets aumentou de 13 mil registados no relatório da X Convenção (2016), para 40 mil em setembro de 2018.

Instagram, a conta de instagram apresenta 3,6 mil seguidores registados em setembro de 2018 face aos 2,1 mil reportados em 2016, e os 2,8 mil registados em janeiro de 2018.

YouTube. Desde a anterior convenção, o canal de youtube do esquerda.net teve 533.990 visualizações. Aumentou o número de subscritores em 1398, obteve 6144 "gostos" e 10.523 partilhas.

O global da evolução das visitas na blocosfera e nas redes sociais, traduz em parte a evolução dos últimos anos na internet e nas redes sociais.

17.2. Iniciativas, Materiais Gráficos e Publicações

Ao longo deste mandato da Mesa Nacional o Bloco participou em duas campanhas eleitorais: eleições legislativas regionais nos Açores e eleições autárquicas.

Nos períodos de campanha eleitoral, obviamente, o Bloco multiplicou a sua iniciativa pública, a que correspondeu igual aumento de materiais gráficos para impressão e publicação online.

Continuámos a organizar os festivais de cinema insubmisso, o Desobedoc (em 2017 no Porto; em 2018 em Viseu). E nestes dois anos fizemos outros Desobedoc mais pequenos, noutras cidades do país, a que chamámos extensões do Desobedoc (Braga, Coimbra, Évora, Famalicão, Faro, Torres Vedras, Vila Real). Foram produzidos mupis, jornais e panfletos específicos para estas iniciativas.

Houve materiais gráficos para os inúmeros encontros nacionais e locais que organizámos nestes dois anos (Fóruns Socialismo; Liberdade; Inconformação; Conferência Nacional de Jovens; Convenção regional dos Açores; Convenção regional da Madeira; Conferência 200^º aniversário Karl Marx; conferência por um plano B para a Europa; tributo a Miguel Portas; encontros do trabalho; de ativistas laborais; do interior; do ensino superior e ciência; da educação; do trabalho local; dos + de 60; feminista; de cuidadores de Alzheimer; pela alteração à lei de bases do SNS; pelo direito à morte assistida; sobre transportes; de género, autodeterminação e políticas LGBTI+; sobre emprego, segurança social e RBI; 50 anos do maio de 68; sobre alternativas à PAC; fóruns

sobre a floresta; encontros autárquicos distritais ou regionais; sobre respeito pelos animais; formações descentralizadas para autarcas; etc).

Durante estes anos mantivemos os jornais de distribuição gratuita como o principal material de divulgação das posições do Bloco, que foram complementados com vários panfletos de apoio a iniciativas específicas.

Em 2018 produzimos novos materiais para as bancas, com temas muito diversificados (t-shirts, pins, separadores de livros, cadernos, canetas, sacos). A elaboração de materiais novos que nos permitam passar as ideias do Bloco vai ter continuidade em 2019, com o objetivo de termos materiais nas campanhas eleitorais próximas.

Nestes dois anos muitas outras iniciativas promovemos ou participámos como co-organizadores (apenas alguns exemplos: festival Variações; festival Sementeira; brigadas de verão; marchas contra a violência de género; marchas das mulheres contra o Trump; Marcha Mundial do Clima; mobilizações contra vários acórdãos dos tribunais sobre crimes de violência de género; manifestações pelo fim da separação das famílias migrantes; manifestação ibérica contra o nuclear; manifestação anti-racista; iniciativas contra a exploração de petróleo; contra o transporte vivo de animais; pela exigência de mais residências universitárias; etc).

TOTAL 2016 (depois de junho)	
23	visitas
3	almoço/jantar
11	comícios
14	sessões públicas
8	reuniões
2	encontros
1	Marcha pelo Tejo
3	arruadas
1	Acampamento Jovens
1	Fórum Socialismo
3	Mesa Nacional
1	Convenção Regional Açores

TOTAL 2017	
88	visitas
17	almoço/jantar
76	comícios
15	sessões públicas
32	reuniões
11	encontros nacionais
2	manifestação
36	arruadas
3	Desobedoc
1	Acampamento Jovens
1	Fórum Socialismo
5	Mesa Nacional
1	Plano B
1	Tributo a Miguel Portas

TOTAL 2018 (até outubro)	
27	visita
7	almoço/jantar
3	comícios
13	sessões públicas
21	reuniões
14	Encontros Nacional
12	marchas/manifes/concentrações
7	arruadas
5	Desobedoc
1	Acampamento Jovens
1	Fórum Socialismo
3	Mesa Nacional
3	Homenagens
1	Festival Variações Braga
1	Conferência Karl Marx
1	Convenção Regional Açores
1	Convenção Regional Madeira

Também para todas estas iniciativas foram produzidos materiais de propaganda e divulgação.

Exemplares	Material	Tiragem
	Jornal nacional de distribuição gratuita 2016	599.000 (destes 104000 foram de regionais Açores)
	Jornal nacional de distribuição gratuita 2017	540.450 (destes 290000 foram de autárquicas)
	Jornal nacional de distribuição gratuita 2018	499.000 (fizemos ainda 1 panfleto nacional num total de 154.750)
131	Manifestos autárquicos	2.714.500
5	Revista Pão e Cravos	11.000 (total 2016/2018)
1	Revista BE Queer	750 (2018)
3	Mupis 2016	destes 308 foram de regionais Açores (3 diferentes)
8	Mupis 2017	4.503 foram de autárquicas
4	Mupis 2018	
		Total: 15.432
3	Outdoors 2016	
10	Outdoors 2017	272 foram de autárquicas
3	Outdoors 2018	Mais um exemplar para a campanha do assédio
		Total: 1.755

17.3. Aderentes

Desde 26/06/2016, o Bloco de Esquerda recebeu 1.624 novas adesões e 365 aderentes cancelaram a sua adesão.

Em cumprimento do n.º 7 do Art.º 3º dos estatutos do Bloco de Esquerda, 3.433 registos caducos foram eliminados por corresponderem a ex-militantes inativos há mais de 5 anos.

O Bloco de Esquerda tem atualmente 8.336 aderentes inscritos.

Distrital	Novas adesões	Saídas	Adesões caducadas	Números atuais
Distrito de Aveiro	142	19	238	693
Distrito de Beja	21	6	38	140
Distrito de Braga	67	14	331	449
Distrito de Bragança	19	4	49	99
Distrito de Castelo Branco	25	2	41	105
Distrito de Coimbra	36	19	163	287
Distrito de Évora	16	6	23	87
Distrito de Faro	59	15	134	375
Distrito da Guarda	4	0	56	51
Distrito de Leiria	56	12	95	223
Distrito de Lisboa	286	105	842	1740
Distrito de Portalegre	32	9	24	220
Distrito do Porto	253	49	531	1359
Distrito de Santarém	105	18	139	366
Distrito de Setúbal	143	40	275	786
Distrito de Viana do Castelo	8	3	24	60
Distrito de Vila Real	25	2	24	64
Distrito de Viseu	33	3	176	227
Região Autónoma da Madeira	209	22	173	452
Região Autónoma dos Açores	75	16	37	377
Círculo da Europa	8	1	19	66
Círculo Fora da Europa	2	0	1	10
TOTAL	1624	365	3433	8236

17.4. Estruturas concelhias, distritais e regionais

No presente mandato da Mesa Nacional realizou-se a Convenção Regional do Bloco de Esquerda da Madeira, duas vezes a Convenção Regional do Bloco dos Açores bem como 18 eleições para Comissões Coordenadoras Distritais e 59 eleições para Comissões Coordenadoras Concelhias.

ELEIÇÕES

Órgão	Data
Convenção Regional dos Açores	02-jul-16
Concelhia de Figueira da Foz	09-jul-16
Concelhia de Lousã	24-set-16
Distrital de Faro	08-out-16
Distrital de Setúbal	15-out-16
Concelhia de Setúbal	15-out-16
Concelhia de Gondomar	15-out-16
Distrital de Viana do Castelo	19-out-16
Concelhia de Maia	22-out-16
Concelhia de Amarante	29-out-16
Concelhia de Condeixa-a-Nova	03-nov-16
Concelhia de Coimbra	04-nov-16
Concelhia de Santa Maria da Feira	26-nov-16
Concelhia de Valongo	03-dez-16
Concelhia de Vila Real de Santo António	10-dez-16
Concelhia de Torres Vedras	22-jan-17
Concelhia do Ilha do Faial	08-fev-17
Concelhia do Porto	11-fev-17
Concelhia da Ilha da Terceira	03-mar-17
Concelhia da Ilha da Terceira	03-mar-17
Concelhia de Lagos	22-abr-17
Concelhia de Alenquer	06-mai-17
Concelhia de Santiago do Cacém	27-jun-17
Concelhia do Seixal	18-nov-17
Concelhia da Lagoa	25-nov-17
Distrital de Santarém	09-dez-17
Concelhia de Salvaterra de Magos	09-dez-17
Concelhia de Vila Nova de Gaia	06-jan-18
Concelhia de Campo Maior	14-jan-18
Concelhia de Ponte de Sor	20-jan-18
Concelhia de Santarém	27-jan-18
Distrital da Guarda	11-fev-18
Concelhia de Matosinhos	17-fev-18
Distrital de Évora	18-fev-18
Concelhia de Almada	24-fev-18
Distrital de Castelo Branco	24-fev-18
Concelhia das Caldas da Rainha	24-fev-18
Concelhia de Gondomar	03-mar-18
Concelhia de Ovar	03-mar-18
Convenção Regional da Madeira	04-mar-18
Distrital de Portalegre	17-mar-18

Órgão	Data
Concelhia de Leiria	24-mar-18
Distrital de Évora	25-mar-18
Concelhia de Aveiro	30-mar-18
Concelhia de Portalegre	31-mar-18
Concelhia de Amarante	07-abr-18
Concelhia de Vila Nova de Famalicão	14-abr-18
Concelhia de Mafra	21-abr-18
Concelhia de Lisboa	21-abr-18
Concelhia de Cascais	21-abr-18
Concelhia de Oeiras	21-abr-18
Concelhia da Amadora	21-abr-18
Concelhia de Odivelas	21-abr-18
Concelhia de Sintra	21-abr-18
Concelhia de Vila Franca de Xira	21-abr-18
Concelhia de Guimarães	21-abr-18
Concelhia de Torres Vedras	21-abr-18
Concelhia de Alenquer	21-abr-18
Distrital de Lisboa	21-abr-18
Concelhia de Portimão	21-abr-18
Concelhia de Loures	21-abr-18
Concelhia de Torres Novas	05-mai-18
Concelhia do Barreiro	19-mai-18
Distrital de Beja	03-jun-18
Concelhia de Odemira	03-jun-18
Concelhia de Beja	03-jun-18
Distrital de Bragança	03-jun-18
Concelhia de Braga	16-jun-18
Concelhia de Barcelos	16-jun-18
Distrital de Braga	16-jun-18
Distrital de Aveiro	16-jun-18
Distrital de Viseu	24-jun-18
Concelhia de Viseu	24-jun-18
Convenção Regional dos Açores	29-jun-18
Distrital de Leiria	07-jul-18
Distrital de Vila Real	08-jul-18
Concelhia de Palmela	14-jul-18
Distrital do Porto	21-jul-18
Concelhia de Olhão	24-jul-18
Concelhia de Santa Maria da Feira	28-jul-18

Redes de sedes do Bloco

Atualmente, o Bloco de Esquerda tem 86 sedes, um acréscimo de 3 sedes face à rede que existia à data do último relatório de atividades da Mesa Nacional. Esta rede cobre todos os distritos e Regiões autónomas.

Esta variação total é o resultado da abertura de mais uma sede em 5 distritos (Aveiro, Beja, Braga, Coimbra, Lisboa), abertura de duas novas sedes no distrito de Vila Real e a redução de uma sede em 4 distritos (Castelo Branco, Setúbal, Viana do Castelo e Viseu).

Assim, a estrutura de sedes manteve-se no essencial inalterada, com aberturas e encerramentos ditados pelas dinâmicas locais.

Distrito/Região	Contagem de sedes	Dados de 2016	Varição
Açores	4	4	0
Aveiro	5	4	1
Beja	3	2	1
Braga	5	4	1
Bragança	1	1	0
Castelo Branco	2	3	-1
Coimbra	4	3	1
Évora	1	1	0
Faro	7	7	0
Guarda	1	1	0
Leiria	3	3	0
Lisboa	11	10	1
Madeira	1	1	0
Portalegre	3	3	0
Porto	12	12	0
Santarém	8	8	0
Setúbal	10	11	-1
Viana do Castelo	1	2	-1
Vila Real	3	1	2
Viseu	1	2	-1
Total	86	83	3

17.5. Finanças

Este mandato da Mesa Nacional foi financeiramente estável. O início de 2016 tinha sido um período de ajustamento e renovação de equipamentos após o aumento de subvenção ocorrido em 2015, assim os dois anos seguintes foram um período de gestão corrente em que as diferentes estruturas centrais e locais puderam repor a sua situação financeira, analisar os seus custos fixos e gerar margem de manobra financeira para a realização de iniciativas políticas. O mandato foi também marcado pela realização de eleições autárquicas em Outubro de 2017, que foi o acontecimento com maior impacto nas contas deste período. O ano de 2018, sendo um ano sem quaisquer eleições nacionais é um ano de atividade política mais regular, em que o Bloco de Esquerda manteve as suas atividades que já se tornaram habituais, como o Liberdade ou o Socialismo, e apostou na realização de encontros nacionais temáticos.

Os anos de 2016 e 2017 apresentaram resultados positivos de 242 mil e 445 mil euros respetivamente. Neste período o ativo corrente do partido passou de 806 mil euros no final de

2015 para 1.623 mil euros, valor que deverá estar aproximadamente estável no final de 2018. Nestes dois anos o passivo do final do ano esteve abaixo dos 300 mil euros e representou apenas valores de transição de ano (em 2017 ainda com algumas dívidas de autárquicas). Os únicos créditos bancários no final destes anos eram referentes a 2 leasings de viaturas (17 mil euros a 31/12/2017).

Apesar destes resultados positivos, é importante notar que estes ativos não estiveram sempre disponíveis. O esforço de reserva destes recursos foi iniciado logo em 2016 para a campanha das autárquicas e foi mantido ao longo de 2017, à medida que eles foram sendo dirigidos às campanhas ao longo de 2017, garantindo-se o seu financiamento sem ruturas de tesouraria. Os valores de reservas de 2016 e poupanças de 2017 (por contenção de despesas regulares face ao período de despesas de campanha) só regressaram às contas bancárias com o pagamento da subvenção da campanha, em final de 2017 e início de 2018.

As Eleições Autárquicas tiveram um valor total de despesa de 1,5 milhões de euros que foram

financiados por 1,18 milhões de subvenção pública, 58 mil euros de angariação de fundos e 322 mil euros de contribuição líquida do partido.

O processo das autárquicas, representou um importante esforço financeiro nas distritais, mas acabou por não ser demasiado penalizador: dada a redução de gastos regulares e a subvenção de uma parte importante das despesas de campanha, as contas bancárias distritais receberam em Setembro de 2018 uma devolução de valores adiantados às candidaturas locais, num valor total acima de 164 mil euros.

O ano de 2018 tem sido gerido de modo a procurar intensificar a atividade política e reforçar os meios das regiões sem comprometer as reservas que serão muito necessárias nas próximas Eleições Europeias e Legislativas. No momento de cessação de mandato da atual Mesa Nacional, as principais atividades orçamentadas para 2018 estarão concretizadas, exceto a Convenção Nacional que está orçamentada em 80 mil euros.

Sobre as contas de 2018 ainda só podemos fazer estimativas. Neste momento a evolução das contas das estruturas centrais do partido apontam para um valor de despesas próximo das receitas recebidas. Ou seja, apesar de não se prever um défice, o resultado de 2018 poderá ser quase nulo, o que implica uma utilização plena dos recursos disponíveis mas mantendo-se a lógica de manutenção das reservas acumuladas para fazer face ao ciclo eleitoral de 2019.

Anexo ao balanço da Mesa Nacional 2016/2018

Avaliação sobre os factos que levaram à demissão do vereador Ricardo Robles

1. O FACTO

Ricardo Robles colocou à venda um imóvel que adquiriu com a sua família em 2014 e cuja propriedade foi devidamente declarada ao Tribunal Constitucional. Se essa venda se tivesse realizado, teria gerado mais-valias especulativas, em valores muito superiores aos da compra e reabilitação. Como o próprio declarou à imprensa, Robles não deu conhecimento a dirigentes do Bloco desta intenção de venda.

2. PRIMEIRA AVALIAÇÃO DA COMISSÃO POLÍTICA

Face às notícias e aos esclarecimentos prestados pelo vereador à Comissão Política e à imprensa, a CP registou na sexta-feira dia 27 que:

- Não houve qualquer falsa declaração, irregularidade ou benefício de cargo;
- A intenção de venda foi um grave erro político, por criar na opinião pública a ideia de contradição entre as ideias do Bloco e a prática dos seus representantes, colocando o Bloco sob ataque num tema prioritário, a habitação;
- O desempenho de Ricardo Robles como vereador foi muito consistente, sendo o acordo assinado com o Partido Socialista um desafio importante para o Bloco em Lisboa. Ricardo Robles teve um papel central na sua concretização, na qual o Bloco mantém o seu empenho;
- Considerando a disponibilidade para a demissão, enunciada pessoalmente por Ricardo Robles na reunião da Comissão Política do dia 27, esta decidiu a sua manutenção como vereador (dois votos contra, restantes a favor), reconhecendo a necessidade das mais completas explicações públicas sobre todas as acusações emergentes. A continuidade de Robles no cargo deveria ser reavaliada no tempo, face aos acontecimentos, mas, no imediato, seria a forma de proteger o trabalho em curso no cumprimento do acordo (que enfrentava e enfrenta poderosos interesses), e também de respeitar os eleitores (depois de uma campanha em que Robles foi figura preponderante) e os militantes (com quem se estabeleceu uma relação confiança e de trabalho).

3. DEMISSÃO

No dia 29 de julho, domingo, Ricardo Robles informou a coordenadora da Comissão Política da sua vontade de renunciar ao cargo, considerando ter perdido as condições para exercer o mandato e ser esta a melhor opção na defesa da intervenção do Bloco no tema da habitação. No dia seguinte, segunda-feira, 72 horas depois das primeiras notícias, a demissão de Ricardo Robles é comunicada à imprensa. Em entrevista, Catarina Martins reconhecerá que a direção do Bloco cometeu um erro de avaliação ao julgar

que as explicações dadas por Robles logo na sexta-feira poderiam garantir as condições para a manutenção de Robles como vereador.

4. PRIMEIRA CONCLUSÃO

Os aderentes do Bloco de Esquerda não têm, na sua vida privada, obrigações que os distingam dos outros cidadãos: devem, como todos, respeitar os direitos e a liberdade dos outros - e cumprir a lei. O Bloco não concebe a transformação social como um somatório de renúncias ou voluntarismos individuais. Pelo contrário, o modelo económico responde a estruturas de poder social e de classe cuja dinâmica só pode inverter-se mediante processos sociais. Todavia, os membros da direção do Bloco e os seus representantes eleitos, aceitando tais responsabilidades, tornam-se devedores de exemplo em todos os planos da sua atuação individual. O contraste entre o discurso e a prática dos responsáveis políticos, detentores de cargos públicos ou não, degrada a capacidade de representação e, com ela, a força e a credibilidade das propostas de ruptura que fazemos. Neste quadro, a decisão de venda do imóvel foi um grave erro político, tal como unanimemente constatou a CP desde o primeiro momento - e justificava a imediata substituição do vereador.

Moralismo ou exigência?

Há muitos anos que os adversários do Bloco tentam colar ao partido a reputação de moralista. Os partidos do centrão nunca se conformaram com a afirmação de uma esquerda frontal e exigente, que não deixa de denunciar a promiscuidade entre política e negócios, a corrupção e a criminalidade económica como constitutivas da economia capitalista. Esta postura, que faz parte da nossa identidade, contraria a naturalização da conceção da democracia como simples alternância entre partidos vinculados a interesses privados.

José Manuel Pureza publicou um artigo em que sintetiza perfeitamente a posição dos que classificam o Bloco como partido moralista. Escreve Pureza: *"O que os moderados acusadores têm como alvo é mesmo o projeto dessa esquerda e a sua capacidade de animar na sociedade um juízo crítico, eticamente fundado, sobre o projeto que os moderados acusadores defendem. Foi a anulação de um projeto de transformação social profunda que*

foi enunciada nas recentes acusações de moralismo feitas à esquerda.

A esta estratégia de moderação para manter o status quo, a esquerda responde com a radicalidade das suas escolhas. Corremos o risco de sermos avaliados pela coerência dos nossos comportamentos face a essas escolhas? Preferimos esse risco à quietude fria dos cínicos perante as imoralidades da ordem social e económica".

5. MELHORES DISPOSITIVOS PARA PROTEÇÃO DO BLOCO.

O Bloco cresceu muito nos últimos três anos e continuará a crescer. Os nossos adversários sabem hoje que o Bloco, mantendo o seu perfil radical, tem a capacidade para impor avanços importantes na vida do país e das pessoas e usarão todos os meios para procurar impedir uma relação de forças política que dê à esquerda o papel decisivo. Devemos estar prontos para esses ataques e saber responder-lhes sem nos desviarmos da nossa agenda. Mas devemos igualmente ter melhores dispositivos para proteger o Bloco. Assim, e sem prejuízo de um debate mais profundo sobre estas e outras propostas, a próxima Convenção deverá apreciar as seguintes propostas:

- 1) **É instituído um questionário prévio a submeter aos candidatos em primeiros lugares de listas eleitorais do Bloco.** A Comissão Política elabora e aprova esse questionário e define o seu universo; o Secretariado Nacional analisa as respostas recebidas, com total proteção dos dados pessoais envolvidos; perante elementos eventualmente incompatíveis com o exercício do mandato em questão, o Secretariado Nacional poderá pedir mais esclarecimentos ou dar orientação política à estrutura local, distrital ou nacional responsável pela proposta de lista eleitoral.
- 2) **O registo de interesses dos membros da Comissão Política e dos representantes eleitos do Bloco de Esquerda passam a ser publicadas no site do Bloco.**

BALANÇO DE ATIVIDADE DA COMISSÃO DE DIREITOS ELEITA NA X CONVENÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA

16 Julho 2018

A Comissão de Direitos (CD) eleita na X Convenção do Bloco de Esquerda é composta por Ada Pereira da Silva, Ana Martins, Francisco Alves, Heitor de Sousa, Helena Carmo, Helena Figueiredo e Luís Filipe Pires.

A CD reuniu ordinariamente sempre nos dias de Mesa Nacional e também realizou reuniões extraordinárias.

Tal como na anterior Comissão, a distribuição dos processos que deram entrada foi feita, rotativamente, a cada membro que exerce a função de relator, cabendo a este estudar o caso e propor uma decisão à consideração da Comissão de Direitos, o que foi cumprido na generalidade.

Segue-se uma informação sucinta das questões formuladas durante o atual mandato, que não aprofundamos mais por forma a salvaguardar a privacidade das pessoas envolvidas, bem como de quem as formulou:

- Distrito do Porto - Questões relativas à eleição das Coordenadoras Concelhias do Porto e Matosinhos
- Distrito de Lisboa, concelho de Vila Franca de Xira - Constituição de núcleo do BE de Alhandra, S. João dos Montes e Calhandriz
- Distrito de Leiria - Ato eleitoral para eleição de Delegados à X Convenção do Bloco de Esquerda
- Distrito de Leiria - Reenvio de participação anteriormente movida por Fernando Rocha (já falecido) e que foi avocado pelo c. Arnaldo Sarroeira - está em fase de inquérito há mais de três anos.
- Distrito do Porto - Paridade eleições CC Maia
Análise e resposta a recursos interpostos por 11 pessoas sobre decisão da Mesa Nacional, após conclusões apresentadas por Comissão de inquérito, no caso de dupla filiação partidária.
Queixa relativa à conduta de elementos eleitos

para a Coordenadora Concelhia de Lisboa que votaram contra um pedido de readesão; parecer enviado à Mesa Nacional no dia 25/11/2016.

- Distrito de Lisboa, Concelhia de Cascais - desvinculação de militante com participação sobre actuação da coordenadora concelhia
- Distrito de Lisboa, COC VI Conferência Nacional de Jovens - Pedido de informação sobre aceitação de inscrição de elementos cuja adesão ficou sem efeito por haver dupla filiação, com base em recurso apresentado.
- Distrito de Lisboa, Concelho de Loures - participação sobre comportamento incorreto por parte de aderente.
- Distrito Leiria - Processo de averiguações em curso relativamente à participação de dois aderentes da Marinha Grande em listas autárquicas em 2015 concorrentes às do Bloco, pese embora saberem, atempadamente, da existência de listas próprias do BE - está em inquérito aprovado pela Mesa.
- Distrito de Portalegre, Concelho de Portalegre - participação sobre comportamento do Secretariado Distrital sobre as comemorações do 25 de Abril.
- Distrital de Faro, Concelho de Castro Marim - bloqueio da página do FaceBook da Concelhia - participação de elementos do Bloco em lista do PS às autárquicas - limite de mandatos nos secretariados.
- Distrito de Leiria - pedido de esclarecimento de Vítor Tojeira sobre a eleição da Coordenadora Concelhia de Leiria.
- Distrito de Lisboa, Concelho de Lisboa - recolha de fundos para elementos do SR durante campanha autárquica, enquanto apoiantes do Bloco.
- Distrito do Porto - Eleições CC Matosinhos - pedido de esclarecimento da MAE
- Distrital de Faro - Secretariado CCDABE - Pedido de esclarecimento acerca de procedimentos a adotar no caso de adiamento de eleições em órgão político do Bloco.

- Distrito de Leiria, Concelho da Marinha Grande
- pedido de análise por parte da CC sobre comportamento de dois camaradas durante as últimas eleições autárquicas.
 - Distrito de Portalegre - Participação de um camarada sobre atitudes xenófobas de dois elementos eleitos em listas do Bloco a órgãos autárquicos do distrito.
 - Distrito do Funchal - Convenção Regional - Pedido de informação sobre qual a idade mínima para um cidadão se poder filiar e ser membro com plenos direitos de partido político.
 - Distrito de Portalegre - Novas questões relativas a comportamentos incorretos de camarada, por parte da CCDPortalegre
 - Distrito de Portalegre - Não aprovação pela MAE de lista concorrente a comissão coordenadora.
 - Distrito do Funchal, Concelho do Funchal - Participação de não publicação em órgãos do Bloco de Esquerda da intervenção na ALRAM.
 - Distrito de Aveiro - Resultado de eleições CC Aveiro - tradução de votos em mandatos.
 - Distrito do Funchal - Estatutos aprovados na Convenção Regional.
 - Distrital de Faro, Concelho de Castro Marim - protesto por não aprovação, na Distrital, de pedido de readmissão.
- Reunião com Secretariado Nacional dia 17 de Fevereiro 2018 sobre reinscrição na base de dados do Bloco e quais os seus direitos de camaradas excluídos das listas do Bloco por não terem actividade nem pagarem quotas durante cinco ou mais anos.

Os 2 primeiros casos aqui indicados transitaram da anterior CD.

Saudações bloquistas,

A Comissão de Direitos eleita X Convenção do Bloco de Esquerda,

Ada Pereira da Silva

Ana Martins

Francisco Alves

Heitor de Sousa

Helena Figueiredo

Luís Filipe Pereira